



Alexandra Sofia da Silva Faria

Intervenção no património edificado - conceitos

Reabilitação de um imóvel para um Lar
Residencial

Dissertação de Mestrado em Arquitetura

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto
no dia 18/12/2017,

perante o júri seguinte:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Cândido D'Eça Ramalho

Arguente: Prof. Doutora Edite Rosa

(Universidade Lusófona do Porto)

Orientador: Prof. Arquiteto João Carlos dos Santos

Dezembro 2017

É autorizada a reprodução integral desta tese/dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

“Cada nova obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira. Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago já não é o mesmo.”

... aos meus pais, por todo o apoio e amor incondicional, pois sem eles seria impossível concluir este capítulo da minha vida.

Muito obrigada

Agradecimentos

Sendo eu, uma pessoa de poucas palavras, agradeço a toda a minha família, ao meu namorado e amigos, pelo apoio, pela dedicação e compreensão, cada um a seu modo e a seu tempo, nesta fase em que a vida me ensinou que temos de viver um dia de cada vez e aproveitar cada segundo;

ao meu orientador, pela atenção, tempo dispensado e por todos os ensinamentos que ajudaram a orientar o meu trabalho.

Resumo

Esta dissertação centra-se no estudo dos conceitos subjacentes às intervenções em pré-existências, as principais diferenças e semelhanças e a sua aplicabilidade na prática projetual.

São apresentados três casos de estudo, correspondendo todos a edifícios de habitação unifamiliar portuenses, com escalas e características idênticas com o objetivo de demonstrar a aplicação prática em edifícios pré-existent para cada conceito estudado, e por fim compara-los.

O projeto que foi realizado a nível académico, que faz parte desta problemática tendo em conta que é uma reconstrução de várias habitações unifamiliares portuenses, é apresentado com o intuito de relaciona-lo com os conceitos e casos de estudo apresentados.

Como objetivo, pretende-se demonstrar que é essencial dominar todos os conceitos e as diferenças entre eles, para que, quando necessário, se saiba qual é o método mais apropriado para projetar numa pré-existência.

Palavras-chave: Conceitos, Pré-existência, Restauro, Recuperação, Reconstrução

Abstract

This dissertation focuses on the study of the concepts underlying on interventions in pre-existing buildings, the main differences and similarities and their applicability in project practice.

Three case studies are presented, all of which correspond to single-family houses in Porto, with similar scales and characteristics, with the purpose of demonstrating the practical application in pre-existing buildings for each concept studied, and finally comparing them.

The project that was carried out at an academic level, which is part of this problem considering that it is a reconstruction of several single-family houses in Porto, is presented with the intention of relating it to the concepts and case studies presented.

As an objective, it is intended to demonstrate that it is essential to master all concepts and differences between them so that, when necessary, it is known which method is most appropriate for designing in a pre-existence.

Key words: Concepts, Pre-existence, Restoration, Recovery, Reconstruction

Índice de Imagens

[1] – Esquisso do estudo do alçado principal na casa Marques da Silva	31
[2] – Casa Atelier Marques da Silva antes da intervenção de Alexandre Alves Costa	32
[3] - Plantas originais do Arquiteto Marques da Silva	35
[4] - Plantas da intervenção do Arquiteto Marques da Silva	35
[5] - Alçados originais do Arquiteto Marques da Silva	36
[6] - Alçados da intervenção do Arquiteto Alexandre Alves Costa	36
[7] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção da Sala de Receber na Cave	37
[8] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do Hall no 1º piso	37
[9] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção pormenor de portas	38
[10] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção das escadas	38
[11] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do pormenor do Quarto	39
[12] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do da claraboia	39
[13] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção da Cozinha no Rés-do-Chão	40
[14] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e a pós intervenção de pormenor de fechadura	40
[15] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do pormenor de louça da casa de banho	41
[16] - Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do corredor no Rés-do-Chão	41
[17] - Desenho de Alexandra Faria da Casa da Boavista	45
[18] - Plantas do existente da Cave, Rés-do-chão, 1º piso e 2º piso	47
[19] - Plantas após intervenção da Cave, Rés-do-chão, 1º piso e 2º piso	47
[20] - Alçados Nascente e Poente antes de intervenção e Cortes	48
[21] - Alçados Nascente e Poente após de intervenção e Cortes	48

[22] – Plantas, alçados e cortes com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.	50
[23] - Casa da Boavista - Fotografias da fachada principal antes de intervenção e após intervenção	51
[24] - Casa da Boavista - Fotografias da fachada tardoz antes de intervenção e após intervenção	51
[25] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão antes da intervenção	52
[26] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão após intervenção	52
[27] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões da cave antes da intervenção da Cozinha e Sala de refeições	53
[28] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões da cave após intervenção da Cozinha e Sala de refeições	53
[29] - Casa da Boavista - Fotografia interior das escadas antes da intervenção	54
[30] - Casa da Boavista - Fotografia interior das escadas e corredor após intervenção	54
[31] - Casa da Boavista - Fotografia interior do quarto após intervenção	55
[32] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do 1º piso antes da intervenção e após a intervenção do WC e Quarto	55
[33] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do 1º piso antes da intervenção do Corredor e Quarto	56
[34] - Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do 1º piso após a intervenção do Corredor e Quarto	56
[35] - Desenho de Soraia Rodrigues da Casa do Conto	57
[36] - Casa do Conto - Fotografias do exterior do edifício antes da 1ª intervenção da fachada principal e da fachada tardoz	60
[37 - 39] - Casa do Conto - Fotografias do interior do edifício antes da 1ª intervenção	60 - 61
[40] - Casa do Conto - Fotografias do exterior do edifício após a 1ª intervenção da fachada principal e da fachada tardoz	62
[41 - 43] - Casa do Conto - Fotografias do interior do edifício após a 1ª intervenção	62 - 63
[44] - Casa do Conto - Fotografias do exterior do edifício após o incêndio da fachada principal e da fachada tardoz	64
[45] - Casa do Conto - Fotografias após o incêndio do edifício e do interior do edifício	64
[46] - Casa do Conto - Plantas da intervenção após o incêndio para a Casa do Conto	66
[47] - Casa do Conto – Alçados e cortes da intervenção após o incêndio para a Casa do Conto	66

[48] - Casa do Conto - Fotografia após intervenção da fachada principal e da fachada tardo	67
[49 - 50] - Casa do Conto - Fotografias após intervenção do interior	67 - 68
[51 - 52] - Casa do Conto - Fotografias após intervenção dos quartos	68 - 69
[53] - Casa do Conto - Fotografias após intervenção do interior e da vista	69
[54] - Desenho do Alexandra Faria do estudo da fachada	75
[55] Planta de implantação para o Lar Residencial	76
[56] - Lar Residencial - Fotografia antiga das habitações	78
[57] - Lar Residencial - Fotografia antiga do largo e das habitações	78
[58] - Lar Residencial - Fotografia atual da fachada principal mostrando o estado em que se encontram as habitações	78
[59 - 62] Lar Residencial - Fotografia atual do estado em que se encontram as habitações	79 - 80
[63] Lar Residencial - Alçado principal das habitações a intervir no estado em que se encontram atualmente	82
[64] - Lar Residencial - Proposta do alçado principal do Lar Residencial	82
[65] - Lar Residencial - Proposta do alçado tardo do Lar Residencial	82
[66] - Lar Residencial - Alçado com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.	83
[67] - Lar Residencial - Planta com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.	83
[68 - 70] - Lar Residencial - Corte do projeto proposto para o Lar Residencial	84
[71] - Lar Residencial – Planta do Rés do chão	85
[72] - Lar Residencial – Planta do 1º piso	85
[73] - Lar Residencial – Planta 2º piso	86
[74] - Lar Residencial – Planta do 3º piso	86

Índice

Agradecimentos	v
Resumo	vi
Abstract	viii
Índice de Imagens	x
1. Introdução	1
2. Conceito de património	5
3. Intervenção em pré-existência	11
3.1 Conceitos	14
4. Conceitos escolhidos para estudo	19
4.1 Restauro	20
4.2 Recuperação	23
4.3 Reconstrução	24
4.4 Comparação dos conceitos	26
5. Casos de estudo	29
5.1 Restauro – Casa Atelier Marques da Silva	31
5.2 Recuperação – Casa da Boavista	45
5.3 Reconstrução – Casa do Conto	57
6. Projeto proposto	73
6.1 Um Lugar. Três Ruínas. Uma Proposta - Análise	76
6.2 Proposta de intervenção	81
7. Conclusão	89
8. Bibliografia	93
8.1 Documentos Escritos	94
8.2 Dissertações	95
8.3 Referências da Internet	95
9. Crédito de Imagens	97
10. Índice de Anexos	103
10.1 Anexo	105

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal estudar e compreender melhor os conceitos associados à intervenção no património edificado, ou seja em edifícios pré-existentes.

Actualmente a escassez de espaço livre para construções novas nas grandes cidades, faz com que o custo da construção nova ou de raiz seja mais elevado, contribuindo para que as acções de recuperação e reabilitação de edifícios antigos sejam mais frequentes. O desenvolvimento das actividades turísticas nomeadamente a necessidade de criação de infraestruturas de alojamento (hotéis e alojamento local) e de restauração, tem contribuído para este fenómeno. Estes são alguns dos aspectos que estão subjacentes a uma nova dinâmica de recuperação e reabilitação dos designados centros históricos das nossas cidades.

O papel do arquitecto, neste contexto, é complexo e com responsabilidade acrescida tendo em conta que deve dar resposta à “encomenda” e simultaneamente aplicar as metodologias mais apropriadas para este tipo de intervenções, enquadradas pelos conceitos e recomendações nacionais e internacionais sobre esta matéria. Deve ter uma sensibilidade acrescida na forma de “tocar” numa pré-existência, e ter em conta o seu enquadramento, essência e características únicas e diferenciadoras.

A terminologia mais comum para designar este tipo de intervenções é a “reabilitação” e que na maioria dos casos, não está associada ao conceito, mas a uma expressão que se vulgarizou para denominar este tipo de intervenções.

A palavra reabilitar foi, é e será sempre muito utilizada para exprimir a vontade de intervir numa pré-existência, mesmo que este processo seja feito no intuito de introduzir elementos novos na construção necessária face ao estado de conservação da pré-existência.

É, portanto, necessário desmontar a ideia que esta palavra é a única que relaciona a intervenção, e, ao mesmo tempo, explicar as principais diferenças entre os diferentes conceitos.

Assim, no presente trabalho começamos por apresentar o enquadramento teórico que suporta a abordagem aos conceitos que nos propusemos explorar:

o restauro, a recuperação e a reconstrução. Estes três conceitos e três formas de intervir na arquitetura do passado foram selecionados para entender claramente a diferença entre eles.

Serão analisados três casos práticos todos localizados na cidade do Porto: a Casa Atelier Marques da Silva, a Casa da Boavista e a Casa do Conto de forma a comparar e entender as escolhas dos arquitectos relativamente à forma de intervir na obra já existente. É essencial compreender o porquê de cada intervenção, se foi por causa do estado em que se encontrava o edifício, ou por causa da função proposta para o local, ou simplesmente porque foi um pedido específico de intervenção.

Apresentamos igualmente o projeto relativo à intervenção num edifício pré-existente, também na cidade do Porto, destinado a um Lar Residencial, projeto esse que resultou do nosso trabalho na disciplina de Projeto no 2º semestre do 5º ano do Mestrado em Arquitetura. Este projeto, como teremos oportunidade de explicar, ilustra um dos conceitos em estudo nesta dissertação, a reconstrução.

Pretende-se explicar o projeto e justificar as escolhas tomadas no contexto da problemática subjacente aos conceitos, o seu significado e o confronto com a prática projetual.

2. Conceito de património

No século VIII para o Império Romano restaurar um monumento era agir de uma forma inovadora segundo as diversas valorizações de cada época. Na Grécia já não se pode dizer o mesmo, visto que se estava a viver uma época em que o clero tinha um papel fundamental nas decisões legislativas do país, quanto ao restauro recuperavam a sacralidade do local e do monumento.

Foi durante a metade do século XVIII, que surgiram as bases da preservação de monumentos históricos, tais como a que hoje conhecemos, fazendo com que, no século seguinte, comesse a haver formulações teóricas das quais ainda hoje em dia são válidas. O que se praticava na altura eram os ideais iluministas, a liberdade política e económica, defendidas pela burguesia.

O século seguinte é conhecido pela alteração de hierarquização de valores atribuídos aos monumentos históricos, visto que começou a ser privilegiado o seu valor histórico ao invés de valores estéticos. Por outro lado, temos a Revolução Industrial que permitiu à arquitetura inovações técnicas, rompendo assim com as tradições da época. Isto impulsionou um debate sobre os estilos arquitetónicos, sobre a preservação dos monumentos, a proteção do monumento histórico e o restauro. Os teóricos, Viollet-le-Duc e John Ruskin surgem neste seguimento de debate, influenciando as práticas de intervenção nos países europeus.

A Grécia, que via o seu património antigo perder-se, adiantou-se no século XIX elaborou documentos legais para a sua proteção e preservação, tornando-se assim um dos países mais importantes em termos de legislações de conservação. “A restauração de templos clássicos não veio somente simbolizar o renascimento da nação Grega após séculos de supressão, mas também emprestou significado especial à palavra grega para restauração, ‘anastilose’¹.”

2

Na Inglaterra, a publicação da primeira lei de preservação de monumentos foi publicada em 1882, chamada de Commissioners of Work, seguido de outro

¹ Significado da palavra:

Técnica de reconstrução ou reintegração de um monumento em ruínas, a partir do estudo das peças ou fragmentos que o compõem, eventualmente com novos materiais a complementarem as peças originais, retirado de: <https://www.priberam.pt/dlpo/anastilose>

² Padua, Carolina dal Bem, Arquitetura Modera. Pág. 30

decreto em 1900, o Ancient Monuments Protection Act, que incluía novos aspetos, como a ‘preservation order’, que apoia todos os monumentos ameaçados de destruição, sendo possível qualquer tipo de intervenção, passando primeiro pela apreciação dos Commissioners of Work.

A Carta de Atenas surge em 1931, abordando a questão da preservação dos monumentos históricos, referindo que apesar da salvaguarda de edifícios ou de conjuntos urbanísticos cujo valor cultural seja muito importante, não se pode por em causa o nível e a qualidade de vida das populações, defendendo a necessidade de construção de novas cidades que se guiassem pelos critérios dos direitos fundamentais do indivíduo, como a habitação, trabalho, circulação e recreação.

A Carta de Veneza, em 1964, reforçou *“a noção de monumento histórico” englobando também “a criação arquitetónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural”*³. Com esta ampliação de significado de monumento a Carta de Veneza expõe assim os princípios básicos essenciais sobre a conservação, preservação e o restauro dos monumentos e dos sítios, cumprindo a necessidade de haver um acordo de *“âmbito internacional, a partir do qual cada país se responsabilize pela sua aplicação no quadro das suas próprias culturas e tradições.”*⁴

É nesta altura que começam a surgir os diferentes conceitos de intervenção.

Na conservação, fala-se de uma intervenção que impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos edifícios, sendo sempre favorecida pela adaptação a uma função útil à sociedade, não podendo alterar a disposição e a decoração dos edifícios.

³ A Carta de Veneza

No restauro fala-se de ser *“uma operação que deve ter um carácter excecional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja, pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição, qualquer trabalho complementar, que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitetónica (continuidade) e terá que acusar a data de intervenção (modernidade).”*⁴

A Carta Italiana del Restauro, de 1972, agrupa tudo o que deve de ser objeto de salvaguarda e sugere que na conservação sejam utilizadas técnicas e materiais que permita a realização de outras intervenções de restauro no futuro.

Em 1987 (em Toledo) surge a Carta Internacional de Salvaguarda de Cidades Históricas, que abrange tanto as cidades, grandes como pequenas, e também os *“centros ou bairros históricos com o seu contexto natural ou construído que, para além da sua qualidade histórica, exprimam os valores das civilizações urbanas tradicionais (...) Os valores que esta carta pretende preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem.”*⁴ A morfologia urbana, a tipologia e o aspeto dos edifícios, as relações da cidade com o seu contexto e as diversas funções são alguns dos elementos que mais se destacam.

No processo de preservação, reabilitação e revitalização das edificações, existiu a preocupação de assegurar os valores culturais e a sua posterior manutenção. De outra maneira, perder-se-ia a expressão cultural, afetando o centro histórico e toda a sua identidade enquanto sociedade.

Um dos maiores problemas deste processo gira em torno dos centros históricos, que são considerados como sendo necessário preservá-los e revitalizá-los derivado aos valores culturais que carregam. São uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, em que sem

⁴ Carta Internacional de Salvaguarda de Cidades Históricas em Toledo

estes, haveria uma homogeneização e despersonalização das características de uma civilização urbana contemporânea.⁵

Durante esta época de aprendizagem de metodologias, em Portugal começou a haver um maior interesse e um maior envolvimento político e institucional pela arquitetura tradicional portuguesa. Começou-se com o colóquio e as conferências, tanto nacionais como internacionais. Em 1961 iniciou-se o primeiro registo oficial da arquitetura portuguesa, O Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, publicado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos. Trata-se de uma *“investigação disciplinar que potenciou uma outra visão sobre o urbanismo e o património, que foca toda a atenção na realidade e características do país. Este inquérito serviu para se poder documentar, partilhar e ficar a conhecer todos os tipos de arquitetura que se estava a praticar em Portugal, de Norte a Sul, como serviu também para mostrar alternativas de construção da arquitetura tradicional, que foram adotadas posteriormente pela arquitetura contemporânea, e também mostrar através de análises e levantamentos a situação real dos núcleos urbanos.”*⁶

⁵ Baseado em http://www.ipv.pt/millennium/pers13_6.htm

⁶ Pinto, Alfredo Manuel Sousa, A reabilitação Urbana: Habitação unifamiliar em tecido Consolidado rural, ESAD: 2013, Pág. 15

3. Intervenção em pré-existência

“Por reabilitação de edifícios entendem-se as ações de intervenção necessárias e suficientes para os dotar de condições de segurança, funcionalidade e conforto, respeitando a sua arquitetura, tipologia e sistema construtivo. Muitas vezes, projetos designados de “reabilitação” são na realidade projetos de reconstrução integral do interior (construção nova), mantendo unicamente as paredes exteriores resistentes, mas só uma reabilitação adaptiva e pouco intrusiva pode conduzir a um resultado equilibrado.

As cartas e recomendações internacionais, nomeadamente a “Carta de Cracóvia 2000 – Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído”, que Portugal subscreveu, são muito claras no reconhecimento de valor intrínseco ao sistema construtivo do edifício colocando a par com outras áreas interessadas na conservação do património construído, nomeadamente com o valor arquitetónico, o valor histórico e o valor artístico. Os princípios 1,2 e 3 da Carta de Cracóvia 2000 descrevem o que se entende por uma boa prática de reabilitação (ou conservação de um edifício) e do necessário envolvimento de equipas multidisciplinares. Um projeto de reabilitação deve entender o edifício como um todo e não como somatório de partes, onde algumas consideradas com mais valor se procuram manter (usualmente as fachadas) e outras demolir.”⁷

As principais causas para intervir numa pré-existência, é maioritariamente o edifício já não ser habitável, ou seja está desocupado, desabitado. A função para a qual o edifício foi construído já não é utilizada, pondo em causa a sua função. Será que a função do edifício já não é útil para a sociedade? Se não for, terá de haver uma alteração de função o que por sua vez irá levar à mudança da forma (interior), para conseguir ir de encontro à nova função.

Outro aspecto que causa o abandono dos edifícios é o conforto da própria, portanto como não oferece o conforto que o habitante necessita começa a por em causa a sua qualidade de vida.

⁷ Freitas, Vasco Peixoto de – Manual de Apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos, Pág. 24, (1ª edição) Porto Editora 2012

O estado de preservação também é um fator muito importante, pois a boa funcionalidade de um edifício existente depende da manutenção que tem sido efectuada. Se não existir qualquer tipo de manutenção ou de preservação o edifício torna-se uma ruína, e se deixarmos todos os edifícios históricos tornarem-se ruínas, ficaríamos sem uma expressão cultural e sem historia arquitectónica.

Segundo Bruno Rodrigues⁸, ao elaborar um projeto, temos de ter alguns princípios bases para poder responder as necessidades pedidas:

- a) Utilizar soluções que garantem o mínimo de intrusão possível;
- b) Adaptação da função ao espaço e as características do edifício;
- c) Privilegiar a recuperação de processos/técnicas antigas.

Precedentemente ao início da intervenção numa pré-existência enquanto processo prático, é necessário perceber, entender e estudar alguns aspetos importantes de forma a escolher o modo de atuação: estrutura exterior, envolvimento e estrutura interior.

Caso a estrutura exterior do edificio esteja intacta e perceptível, é necessário estudar a ligação do mesmo com a envolvimento, o seu enquadramento urbano e o seu enquadramento histórico. Caso a estrutura exterior do edifício esteja danificada, uma pesquisa da documentação do mesmo deve ser realizada por forma a avaliá-lo.

Assim que se entende todo o exterior do edifício e a sua estrutura, deve-se proceder para o estudo do interior do edifício e a sua coordenação com a função do mesmo.

O planeamento do método de intervenção a aplicar realiza-se com base nos três pontos acima mencionados e pode variar desde a demolição e posterior reconstrução de todo o edifício, exceto a fachada principal; a renovação total seguindo o projeto inicial até à renovação de alguns elementos.

⁸ Rodrigues, Bruno - Reabilitação de edifícios habitacionais com valor patrimonial – o caso do centro histórico de Guimarães

3.1 Conceitos

Para poder haver uma proteção contínua dos edifícios, ou seja, do nosso património, terá de passar ou pelo restauro, ou pela sua recuperação ou pela sua reconstrução. Apesar de não haver uma distinção dos vários conceitos no nosso quotidiano, em termos arquitetónicos têm valores diferentes, sendo então necessário perceber, muito superficialmente, o que significa e engloba cada conceito.

Conservação

_manter uma identidade e capacidade de resposta e um determinado sentido/objetivo. (preservação; manutenção)

Conservação, que deriva da palavra em Latim *conservatiōne*, que significa ato de conservar, de manter intacto ou não deixar deteriorar, ou seja preservar.

A conservação leva a um cuidado contínuo para evitar a degradação e a posterior necessidade de restauro ou de recuperação, ou seja, a conservação de um espaço significa um contínuo cuidado em preservar o mesmo.

Tendo sido assim uma das grandes políticas de intervenção no património, evitando a destruição e degradação do espaço.

Em suma, a conservação é preservar um edifício ou uma área urbana para evitar a sua desidentificação.

Reabilitação

_algo que entrara num processo de desidentificação

Reabilitação, que deriva da palavra em Latim *rehabilitatio*, que significa reparar, renovar.

A principal definição de reabilitação de um edifício é essencialmente a alteração e/ou reposição do mesmo, de maneira a obter uma funcionalidade superior à anterior, adquirindo novas condições de uso de acordo com determinadas exigências, sem alterar a sua essência e elementos significativos do seu valor histórico.

Um espaço ou objeto, será reabilitado, só se lhe for atribuída uma função, sendo ela a mesma função ou outra e por consequência for vivido. Ao reabilitar uma casa estamos a dar-lhe novamente a vida que perdeu, da mesma forma que reabilitar um centro histórico significa levar-lhe a vida, o uso, a vivência quotidiana que deixara de ter. O uso de uma casa, de um espaço urbano, de um simples objeto, cumpre a sua função após ser usada, habitada, vivida, ou seja, esta componente humana atribui uma certa alma do espaço habitado, frequentado e manuseado.

Segundo Nuno Oliveira, um espaço pode cumprir várias funções e, portanto, conter várias vivências como *“um claustro de um mosteiro, que foi vivido por monges e depois adaptado para uma escola por um quartel. Cumpriu várias funções e conteve várias vivências em si.*

*No entanto, o seu estado de degradação total, fez com se tornasse uma ruína, um testemunho de memórias. Não habitado, ele reduz-se a um espaço contido por paredes, por aberturas, por um percurso. Sem gente morre, não existe a não ser pelo significado e pela importância na memória de quem ali passou ou viveu. Reabilitar, é dotar dessa vivência que perdeu. Com a mesma ou outra identidade.”*⁹

*“[...] o estado de ruína pode representar o último estado de uma obra arquitetónica, mesmo que esta apresente uma imagem completamente diferente da inicial [...] através da reconstrução ou reabilitação e apesar de passar por uma mudança relativamente á forma que detinha, a identidade e os valores que a arquitetura anterior possuía permanecem.”*¹⁰

Reconstrução

_reconstruir é re-elevar, é voltar a colocar de pé algo que tinha a sua característica física e por algum motivo sofreu uma destruição.

Reconstruir, que deriva da palavra construir, em Latim *construere*, que significa *“edificar ou fabricar com materiais diversos e de acordo com um plano*

⁹ Retirado de: <http://nunooliveira-arquitetura.blogspot.pt/2010/01/conceitos-de-intervencao-no-patrimonio.html>

¹⁰ Barradas, Helena – A preexistência na arquitetura: a ruína como ponto de partida projectual. Pág. 45 Lisboa : Universidade Lusíada. 2011

ou *estrutura; erigir.*”¹¹ Significa, portanto, construir de novo algo que já tenha sido construído, ou seja, reedificar.

Reconstruir é apenas o ato de repor, de recolocar os elementos físicos do edifício.

Este conceito é aparentemente meramente “construtivo”, físico, parecendo não estar associado a outros conceitos de intervenção. No entanto, e embora pareça simples, para conseguir reconstruir um edifício conforme o seu estado inicial é necessária a compreensão do edifício, das suas características e da sua identidade.

Recuperação

_algo que entrara num processo de morte aparente, de desmaterialização. Algo que perdeu a sua vida, a sua função ou o seu uso.

Recuperar, que deriva da palavra em Latim *recuperāre*, que significa ato de receber de volta, de readquirir o perdido.

A recuperação é, portanto, um termo mais alargado para um conjunto/situação que perdeu a vitalidade, a função, a sua capacidade de exercer a função para a qual foi criado.

Reconversão

_algo que necessita de ser transformado.

Reconversão, que deriva da palavra conversão, deriva da palavra em Latim *conversio*, e significa ato de alterar e/ou modificar um sentido, caminho e direção, ou seja, reconversão significa o ato de transformar uma coisa que já havia sido transformada.

A reconversão é considerada dos métodos que mais alterações provoca na pré-existência, alterando não só a função do edifício como também a própria estrutura e a linguagem arquitetónica.

¹¹ Retirado de: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/construir>

Esta operação pode ser feita de três formas: através da adição, da subtração e da manutenção de elementos pré-existentes. O processo começa pela recuperação de um pequeno detalhe até à construção de um novo volume.

A alteração ao edifício é tanta que por vezes pode parecer que a pré-existência perdeu a sua identidade, sendo esquecida a memória do lugar, beneficiando a transformação e a sua contemporaneidade. É com este argumento que surge dúvidas sobre, se este método será benéfico a ser utilizado numa pré-existência. É, no entanto, também é defendido que a continuidade da identidade do edifício só será possível através das alterações feitas.

Restauro

_algo que mantem a sua própria identidade (restauro; reparação; renovação; concerto)

Restaurar, que deriva da palavra em Latim *restaurare*, que significa colocar em melhor estado; fazer reparos; reparar; possuir um novo início; começar mais uma vez; recomeçar, entre muitos outros sinónimos que podemos encontrar.

Antes de falar do conceito em si, é necessário referir que ligado ao restauro está a compreensão do termo reabilitar e também o que é reabilitar a uma escala humana.

O restauro ou reparação é utilizado para a recuperação de algo em concreto dentro de uma determinada escala, uma mesa; um altar; uma cornija; um objeto. O restauro deste objeto é na realidade a recuperação de algo que existe na sua identidade própria. Tratando-se de uma escala menor do que a escala de um edifício.

Restaurar é o limpar, o emendar e o recolorir de um objeto. É o reavivar de algo que ainda se mantém, mantendo o seu todo e não introduzir qualquer intervenção que altere a identidade do objeto.

Quando se fala de restauro de um edifício, trata-se do restauro de partes que estão perfeitamente definidas mas carentes de reparação.

4. Conceitos escolhidos para estudo

Foram escolhidos três conceitos de intervenção para serem analisados com mais profundidade – restauro, recuperação e reconstrução – a fim de serem desenvolvidos ao longo deste trabalho com o intuito de compreender e comparar melhor os diferentes conceitos e a sua aplicação prática em projetos.

Foram escolhidos especificamente estes conceitos pois referem-se a tipos de intervenção bastante distintas entre si. Por um lado temos o restauro, que respeita muito o que existe tentando intervir o mínimo possível, e por outro temos a reconstrução que, embora mantenha algum elemento da pré-existência, é conhecida mais por uma construção nova, como indica o nome. A recuperação surge como um conceito que esta no meio de ambos, respeita o existente, restaurando alguns elementos mas introduzindo também elementos novos.

4.1 Restauro

“Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelece-lo a um estado completo que pode não ter existido nunca em nenhum momento.” Viollet-le-Duc¹²

Este conceito surge na procura de fundamentações teóricas no início da necessidade de salvaguarda chega-se a um conceito chamado de Restauro, principalmente utilizado pelos Italianos e Franceses, e a Conservação, palavra utilizada pelos Ingleses.

Existem dois protagonistas ligados a este conceito, John Ruskin e Viollet-le-Duc, defensores das suas ideologias, independentemente das suas diferenças.

No início do segundo quartel do século XIX, em França o restauro de um monumento significava a recuperação de partes que faltavam, ou até a sua completa reconstrução, tendo sempre como base o estilo inicial da obra. Ludovic Vitet e Prosper Mérimée defendiam que a intervenção devia de se basear numa cópia do existente ou em construções parecidas localizadas na mesma região. Surge então o Restauro Estilístico através da analogia como

¹² KÜHL, Beatriz, Restauração – Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. 3ª edição, Ateliê Editorial, São Paulo, 2000. tradução - 1868), p29.

método de intervenção em património edificado que ainda é utilizado como método por alguns arquitetos atuais.

Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto francês, ligado à arquitetura revivalista do séc. XIX, é um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico, era um defensor do restauro, dizendo que era a solução perfeita para manter a imagem dos monumentos históricos.

Viollet-le-Duc defendia o Restauro Estilístico, ou seja repristinavam (restaurar a forma ou aspecto primitivo). Esta prática era desenvolvida a partir de dois elementos fundamentais: as regras gerais do estilo que se praticava naquela época que tinha as suas próprias características fisiológicas e formais; a comparação dos estilos de cada época com o projecto de restauro podendo criar critérios semelhantes.

A intenção era suprimir todos os aumentos criados à posterior da construção da obra e preencher as partes incompletas, reconstruindo o mais aproximado do monumento como era originalmente.

Segundo Françoise Choay, *“Viollet-le-Duc foi um dos primeiros a intervir sobre património, mais concretamente sobre arquitetura gótica francesa, e depois de uma análise detalhada do edifício, este propunha a sua preservação recorrendo à aplicação de novos materiais e sistemas construtivos.”*¹³

Paralelamente a prática de Viollet-le-Duc surge o movimento anti-restauro, tendo dois nomes que se destacam, John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896).

John Ruskin (escritor, crítico de arte, poeta e desenhador) era conhecido pela sua sensibilidade enorme pela natureza e pela arte. Para ele, a reinterpretação estilística e o restauro eram intervenções condenáveis, pois acreditava que punham em causa a autenticidade do monumento enquanto obra de arte. Como alternativa propõe uma conservação estrita que se apoia em operações básicas de manutenção.

¹³ Choay, Françoise – Alegoria do Património. Pág. 160. Lisboa: Edições 70 2008

*“Trate os seus monumentos, e assim não necessitará de restaurá-los. (...) Mas, mesmo assim pode surgir a necessidade de os restaurar! Admitido. Enfrente essa necessidade, e compreenda-a nos termos adequados. É uma necessidade de destruição. (...) O princípio dos tempos modernos (...) é primeiro negligenciar os edifícios, e restaurá-los depois.”*¹⁴

No entender de John Ruskin e de William Morris todas as marcas do tempo e a degradação natural da obra faziam parte da essência do monumento. Ruskin afirma que, quanto aos monumentos *“Não temos o direito de lhes tocar. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte a quem os construiu e em parte às gerações da humanidade que se seguirão a nós”*¹⁵

Para Ruskin, restaurar um monumento era destruí-lo completamente e repor uma falsa descrição do mesmo que foi eliminado.

“Nem o público, nem aqueles a quem é confiada a tutela dos monumentos públicos compreendem o verdadeiro significado da palavra restauro. Essa significa a mais total destruição que um edifício possa submeter-se [...] Não enganemos a nós mesmos em uma questão tão importante; é impossível em arquitetura restaurar, como é impossível ressuscitar os mortos, por mais grandes e belos que tenham sido.”¹⁶, ou seja, para Ruskin, era impossível restaurar a grandeza e beleza da arquitetura, sendo que o monumento devia de ser conservado até ao presente e, quando fosse impossível dada o seu estado de degradação, deixava-se “morrer” o monumento, completando assim o seu ciclo histórico.

Este foi o grande contributo de John Ruskin, a sustentação ideológica da conservação estrita como uma metodologia de preservação patrimonial como alternativa ao restauro que Viollet-le-Duc defende.

¹⁴ J. Ruskin, *The seven lamps of architecture*. Kent: George Allen, 1880. Tradução livre

¹⁵ J. Ruskin, *The seven lamps of architecture*. Kent: George Allen, 1880. Pág. 197 Tradução livre

¹⁶ Em ensaio intitulado “The seven Lamps of architecture” (As sete lâmpadas da arquitetura) de 1849. As referencias aqui mencionadas foram extraídas da publicação italiana da obra de Ruskin, *Le sette lampade dell'architettura*. Milão Jaca Book, 1997 (tradução da autora) Pág. 226

A Carta de Cracóvia, realizada na Polónia em 2000, vem acrescentar mais elementos a este conceito. Defendem que *“a conservação do património construído é executada de acordo com o projecto de restauro, que deverá basear-se num conjunto de opções técnicas apropriadas e ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio.”*¹⁷ Ainda continuam dizendo que devia se de evitar as *“reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”. ”*¹⁷ A única altura em que aceitam a reconstrução é quando alguma parte limitada com bastante significado arquitectónico necessita de ser reconstruída, mas tem de haver uma fundamentação em documentação precisa e irrefutável.

Em suma, quando se decide restaurar uma obra patrimonial, sendo que o objetivo é recuperar a sua originalidade, é obrigatório respeitar o historicismo e toda a estética da obra. Tem de ser feita uma análise muito rigorosa de todo o edifício, desde a sua linguagem, processo construtivo e materialidade, até as patologias causadoras pela sua deterioração, para haver o respeito que acima referimos. Quanto à função do edifício, terá de ser a mesma que era, sendo que a função cumpre a forma que o edifício tem. Assim sendo, também é fundamental tentar que os métodos construtivos e os materiais se assemelhem aos originais, para não destoar nem serem identificados como elementos novos.

4.2 Recuperação

“Recuperação e criação serão complemento e não especialidades passíveis de tratamentos autónomos. Reconhecer-se-á que não se inventa uma linguagem. Reconhecer-se-á que a linguagem se transforma para se adaptar à realidade e para lhe dar forma. Tudo será reconhecido como património coletivo e, nessa condição, objeto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se História, a arte de construir a sua transformação chama-se Arquitetura. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitetura moderna.” Álvaro Siza Vieira ¹⁸

¹⁷ Carta de Cracóvia 2000

¹⁸ Leitão, Daniela Filipa Castro - “Construir no construído, a ruína como instrumento de projeto: proposta de intervenção e reconversão em Lamaçais”

Enquanto conceito geral, há muitos séculos atrás, os criadores das obras de arte recuperavam as suas obras. Muitas das vezes em que as estas necessitavam de recuperação, eram eles mesmo que o faziam, usando materiais semelhantes aos que eram usados na peça original, reparavam todos os danos que a obra possuía, chegando ao ponto de, por vezes, “atualizar” para modernizar os gostos para a época presente.

Segundo Fernando Pulín Moreno (1985), para recuperar um edifício, tem de se conhecer e dominar os outros conceitos relacionados com a intervenção numa pré-existência, pois recuperar significa reconstruir, não só recuperando alguma da pré-existência, mas também introduzindo novos elementos, e dar uma nova utilidade ao edifício, ou seja, uma nova função. A partir deste ponto, conseguimos entender que a recuperação é um conceito mais “aberto”, sem grandes regras e limites que não podem sem passados.¹⁹

Gonzalez-Varas menciona que *“recuperação significa a reaquisição e revalorização de um bem cultural que se encontrava temporariamente abandonado, degradado ou privado da sua funcionalidade; deste modo, aponta aos métodos que possibilitam que o objeto histórico, nascido em outro contexto, satisfaça as necessidades contemporâneas mediante a sua reutilização”*²⁰

4.3 Reconstrução

*“O património histórico mantém-se melhor se for usado, independentemente da função.” Eduardo Souto Moura*²¹

Entende-se, como reconstrução, uma intervenção ligada ao desenho/conceção a uma obra construída, baseado em evidências ou documentos, ou ambos, para conseguir fazer a reposição parcial dos elementos, ou então uma reposição total dos mesmos, seguindo o desenho inicial. É um conceito que sugere mais liberdade, não tendo a obrigatoriedade de manter a função, ou a divisão interior, nem sequer os limites originais do

¹⁹ Baseado em Fernando Pulín-Moreno - “Léxico y criterios de rehabilitación” (1985)

²⁰ González, Varas, I. - Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra. (2005) Pág. 545

²¹ Retirado de: <http://www.construir.pt/2010/03/26/arquiteto-souto-de-moura-admite-que-patrimonio-historico-mantem-se-melhor-se-for-usado/comment-page-1/>

edifício. Portanto, podemos dizer que este conceito está no limite do que é considerado intervir numa pré-existência quando comparado com os outros conceitos anteriores analisados, pois é uma intervenção que implica uma limpeza total do edifício, mas mantendo a fachada, ou seja, é uma operação de imagem apenas.

Muitos edifícios, nunca tendo sido alvo de uma manutenção, encontram-se em muito mau estado, que implica, maior parte das vezes a demolição de grande parte da construção existente para se poder voltar a construir, interiormente, no lugar que antes existiu algo. No exterior do edifício não se pode dizer o mesmo, embora que maior parte das vezes a própria fachada é reconstruída, mas sempre com base no que existiu, sem poder fazer grandes alterações à sua composição. Ou seja, fica apenas a fachada original destruindo tudo o seu interior para que possa ser reconstruído.

Este tipo de atitude designa-se de “fachadismo”, que pelo seu nome em si remete logo para a fachada.

*“Na arquitectura urbana (...) as fachadas urbanas são sempre significantes dos espaços internos do edifício que encerram no seu interior, mas também correspondem, elas próprias, à determinação de um novo significado. Ou seja, as fachadas urbanas concorrem para a definição de um novo tipo de espaço, também com características de um “interior”, mas a uma diferente e muito maior escala: a amplitude do espaço urbano. Nesse sentido, as fachadas são como que as “paredes interiores” do espaço urbano, pelo que são, no mesmo momento, significantes e significado.”*²²

Pode-se dizer que as fachadas são um dos elementos mais importantes a nível urbano, pois é um conjunto de fachadas que caracteriza a própria área, sendo então elas que criam a identidade da cidade.

Quando se opta por este tipo de intervenção temos de entender que existe todo um estudo necessário antes de iniciar o projeto, há que perceber quais são os elementos desnecessários e os que são indispensáveis para que a

²² Freitas, Ricardo Mendes – Identidade, Tempo e Memória. Pág. 17

essência do edifício não seja posta em causa. Existirá portanto um problema de concordância entre o invólucro (os limites exteriores) e o conteúdo (todo o seu interior).

A grande questão que se põe nestas intervenções é: *“qual é o limite para a intervenção e alteração do interior de um edifício sem que essa relação seja comprometida?”*²³ Este é um dos grandes problemas quando se opta por adaptar edifícios pré-existentes a novas realidades. É com base nestas preocupações que surgem opiniões contra este tipo de intervenção, como por exemplo Vitor Córias diz que a *“demolição sistemática do interior de antigos edifícios e sua substituição por nova construção, com profundas mudanças tipológicas, volumétricas, estruturais e construtivas, onde a antiga fachada sobre a rua principal é preservada de forma acrítica, ou é reconstruída numa imitação forçada da antiga.”*²⁴

4.4 Comparação dos conceitos

Tal como verificamos, ao longo do Ponto 4.1, 4.2 e 4.3, quando analisamos individualmente cada conceito, conseguimos ver que afinal existem grandes diferenças entre eles, parecendo-nos tão díspares e até antagónicos, enquanto, realmente existem muitos elos de ligação, fazendo com que as suas definições se toquem em alguns pontos. Podemos concluir também que, em todos os conceitos, um socorre-se do outro e vice-versa, um depende, em algum ponto, de outro conceito para conseguir ser aplicado em projeto e concluir, portanto, que estão profundamente interligados.

O **restauro** assume que o que prevalece é a imagem, a estética e o valor artístico, recorrendo sempre a intervenções que mantenham a integridade do projeto inicial, não podendo haver uma grande margem de manobra para a criatividade do autor se destacar.

Para conseguir fazer uma **recuperação**, tem de haver sempre ligações a outros conceitos, ou seja, temos de dominar e conhecer os outros conceitos para conseguir realizar uma boa recuperação de um edifício. Recuperar

²³ Idem. Pág. 14

²⁴ Idem. Pág. 16

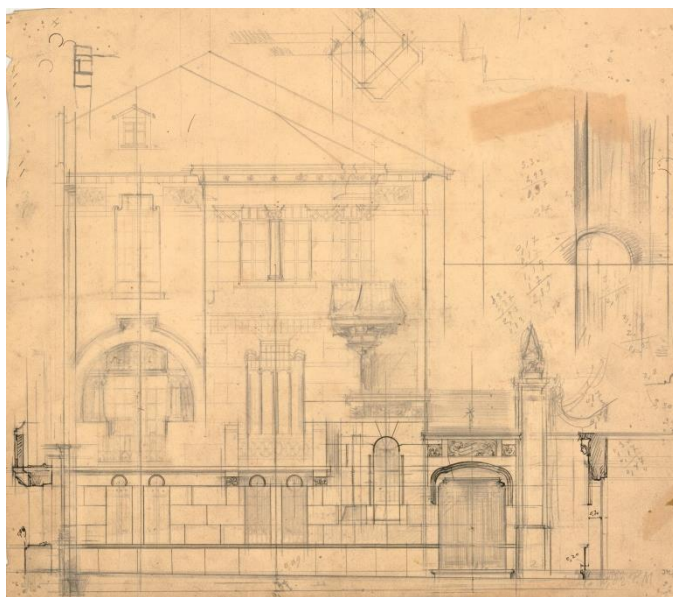
engloba restaurar alguns dos elementos existentes como também construir elementos novos que se distinguem bem do que é a pré-existência do edifício. A recuperação de um edifício é devolver uma função e uma vida que já perdeu. Recuperar é reaver, voltar a ter e neste sentido, recuperar um edifício é retomar a vida que ele teve, implicando esta intervenção outros conceitos e intervenções associados como restaurar ou até reconstruir.

Por fim, para **reconstruir** um edifício, embora tendo toda a liberdade de introduzir novos elementos no edifício, tem de haver sempre algum elemento da pré-existência que permaneça e que mantenha a essência da obra existente, tendo assim que depender também de outro conceito.

Temos presente os dois conceitos que marcam os limites da intervenção em pré-existências, o restauro, que obriga a manter tudo o que existe, não podendo alterar o projeto nem os elementos decorativos, e a reconstrução, que permite surgir um novo projeto dentro de uma “casca” existente.

Conseguimos assim, de uma forma muito simples e geral, traçar as principais diferenças e semelhanças entre estes três conceitos.

5. Casos de estudo



[1] – Esquisso do estudo do alçado principal

5.1 Restauro – Casa Atelier Marques da Silva

DESIGNAÇÃO DA OBRA | Casa-Atelier Marques da Silva

AUTORIA | Arquiteto Alexandre Alves Costa e Arquiteto Sérgio Fernandez

Santos

LOCALIZAÇÃO | Porto

DATA | 2013



[2] – Casa Atelier Marques da Silva antes da intervenção de Alexandre Alves Costa

Para falar em termos práticos sobre o restauro, foi escolhida a intervenção do Arquiteto Alexandre Alves Costa e o Arquiteto Sérgio Fernandez Santos na Casa-Atelier Marques da Silva que se localiza no Porto na Praça do Marquês de Pombal nº 58. Trata-se de um projeto do Arquiteto José Marques da Silva, futuro morador da casa, datado de 1909.

A casa deixou de ser habitada a meados da década de 40 e José Marques da Silva faleceu pouco depois a 6 de Junho de 1947, deixando a gestão da casa para os seus filhos que viriam a criar a Fundação Marques da Silva. Esta fundação tem como objetivo *“promover o que estiver ao seu alcance para a valorização e dignificação dos edifícios que tenham sido construídos sob projeto arquitetónico do Arquiteto José Marques da Silva, que devem ser mantidos para servirem de exemplos da obra de arquitetura do seu patrono”*²⁵

Já sob a gestão da Fundação, a Casa-Atelier Marques da Silva foi sujeita a duas intervenções, uma em 2009 para restauro das fachadas, caixilharias e coberturas, e outra em 2013 para restaurar os espaços interiores.

Falando agora um pouco da obra em si: *“Quando um arquiteto projeta para si próprio (...) a casa do arquiteto transforma-se assim, não apenas no espelho das suas convicções sociais, mas também um momento de manifesto disciplinar. E, quando à casa se associa o atelier, a obra transforma-se no*

²⁵ Retirado de: <https://fims.up.pt/index.php?cat=67>

exemplo onde o arquiteto recebe os clientes, uma espécie de mostruário em direto da sua competência. [...]

No piso inferior estava instalado o atelier, com um circuito de ligação de serviço independente do serviço do piso superior, onde estavam instalados os quartos e os espaços mais reservados da habitação. O que a Casa Atelier demonstra com uma eficácia contundente, é a origem doméstica da prática dos arquitetos da Escola do Porto. O atelier, com acesso independente da casa para os colaboradores (através de uma pequena porta de serviço), está literalmente instalado no vão da escada e não tem porta para receber clientes. Essa ausência significa que o cliente de Marques da Silva habita a casa, é recebido no hall, no piso nobre e a dois passos da sala de jantar.

De um ponto de vista formal, a Casa Atelier é uma demonstração de virtuosismos e habilidades técnicas. Marques da Silva usou lajes mistas de madeira e betão armado, pedras de dimensões colossais em varandas, beirados recortados e saltitantes para exprimir um jogo volumétrico intenso. As várias soluções reforçam a expressão da materialidade do granito, evocando formalmente um eventual estilo românico, cujas formas eram da predileção de Marques da Silva.

José Marques da Silva habitou este espaço sensivelmente entre 1914 e meados da década de 40, altura em que se transfere para o Palacete Lopes Martins, edificação contígua à moradia que passa para sua propriedade. Aí virá a falecer em 6 de junho de 1947.”²⁶

Numa intervenção de restauro a concepção e a capacidade de transformação do arquitecto são diminutas e pouco complexas. Como refere o arquiteto Alexandre Alves Costa “o nosso trabalho, neste caso, não é um trabalho de conceção muito complexa, nem muito difícil porque esta casa foi deixada em testamento a Fundação Marques da Silva com a condição para ser utilizada para os fins de divulgação e arquivo da arquitetura mas sem a podermos alterar. Portanto a cozinha tem que continuar a ser cozinha, as

²⁶ Retirado de: <https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=2&subsubcat=8&proj=7>

*casas de banho continuam a ser casas de banho, e no fundo o que nós estamos a fazer é um restauro.*²⁶

Contudo, este trabalho de restauro não pode ser considerado desprovido de um cunho próprio em que se introduzem alterações decorrentes da análise. O restauro *“digamos não é completamente inocente, vamos seguramente introduzir algumas alterações que têm haver com coisas muito simples, como por exemplo, alterações cromáticas, porque nós achamos que a pintura desta casa é tristonha, que é uma pintura não corresponde aos tons e as cores da época em que ela foi feita, pois eram cores muito mais alegres, mais vivas, mais rosas, amarelos, enfim, não era este castanho muito neutro. Portanto, nós vamos interferir, e achamos que por isso, talvez possamos melhorar um pouco a qualidade dos espaços.*”²⁶

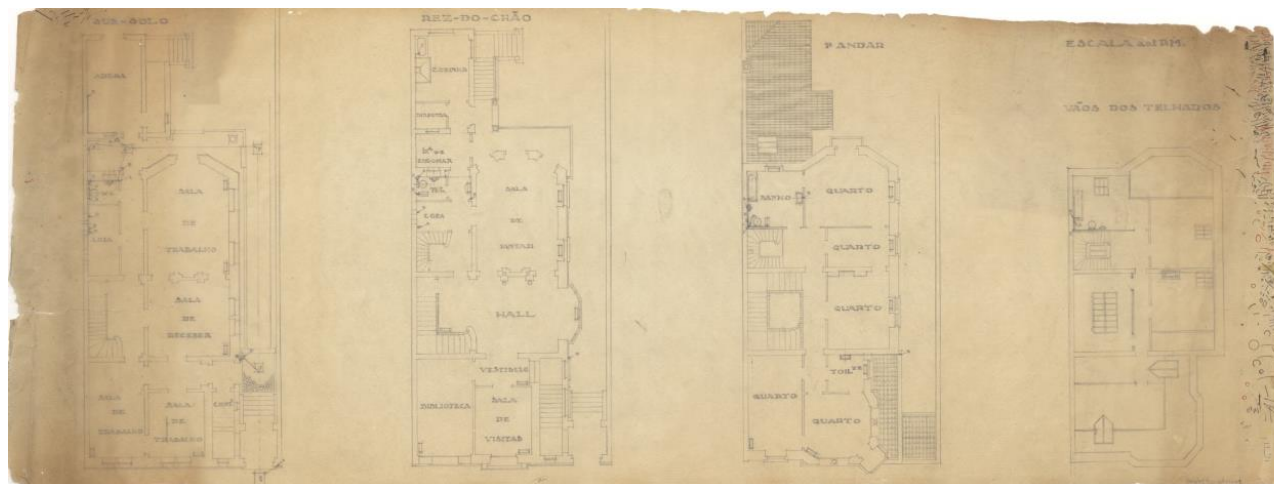
As próprias infraestruturas também são alteradas para que se adaptem a alteração de função da Casa, portanto *“vamos interferir também no ambiente geral da casa no que diz respeito por exemplo ao aquecimento, ventilação, etc. que vai ter que funcionar de uma maneira diferente porque isto vai ser arquivo, vão ser gabinetes para investigadores, [...] portanto é preciso tratar das questões do clima e do conforto, as questões da humidade, as questões da temperatura e pouco mais, quer dizer, pouco mais vamos fazer do que isso.”*²⁷

Como conseguimos analisar e segundo a sua entrevista, o Arquiteto Alexandre Alves Costa, não podia alterar o projeto, apenas sendo-lhe pedido mexer e melhorar no que estava danificado e a necessitar de manutenção, ou seja, o essencial para devolver ao edifício a vida que tivera em outros tempos.

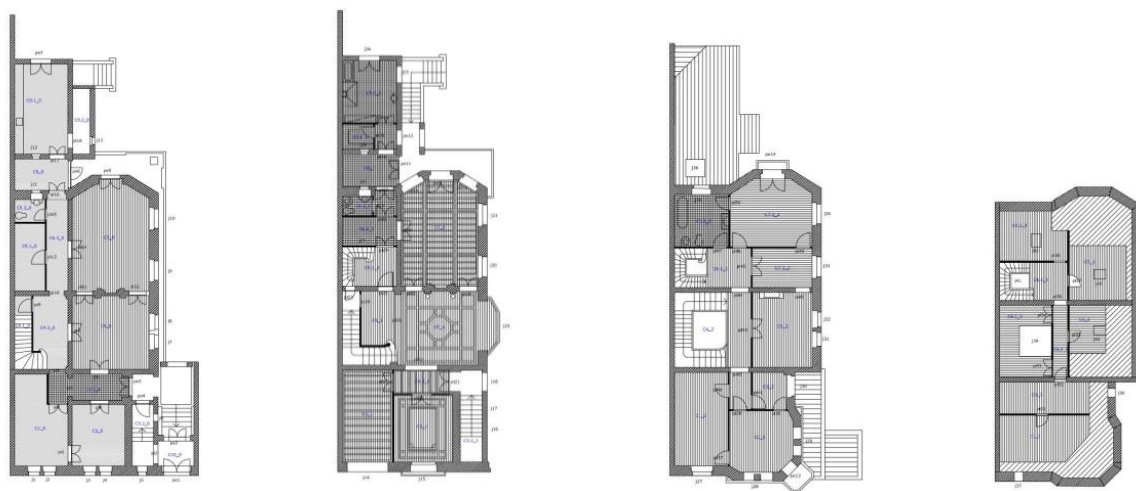
Trata-se de um trabalho de restauro puro, onde todas as divisões continuam a ser exatamente as mesmas, com os mesmo elementos decorativos, estando estes exatamente no mesmo sitio, e de preferência com pouca alteração cromática, contudo, é óbvio que não se trata de um restauro inocente, sendo que o arquiteto viu-se obrigado a mexer na pintura interna das salas, sem fazer drásticas alterações cromáticas, mas conseguindo prover os espaços de mais cor e vida. Todos os elementos decorativos ou mobiliário que

²⁷ Retirado de: <https://www.facebook.com/fundacao.marquesdasilva/videos/396561220554439/>

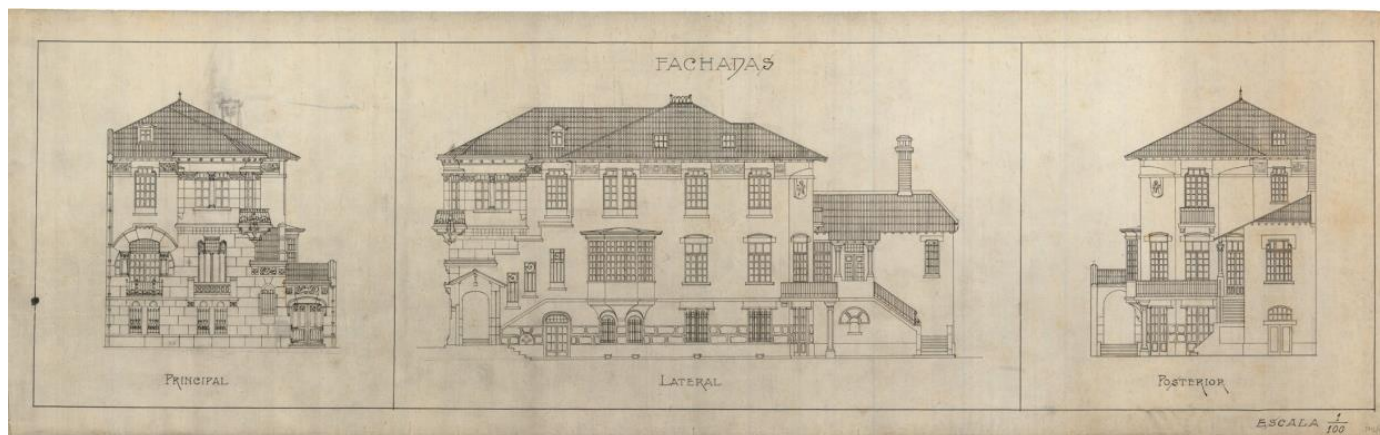
necessitassem de reparações, foram totalmente restaurados (ver imagem 15, 16 e 17), como quem restaura uma pintura, tentando limpá-la ao máximo, sem alterar nenhum elemento.



[3] – Plantas originais do Arquiteto Marques da Silva (ver em Anexo I)



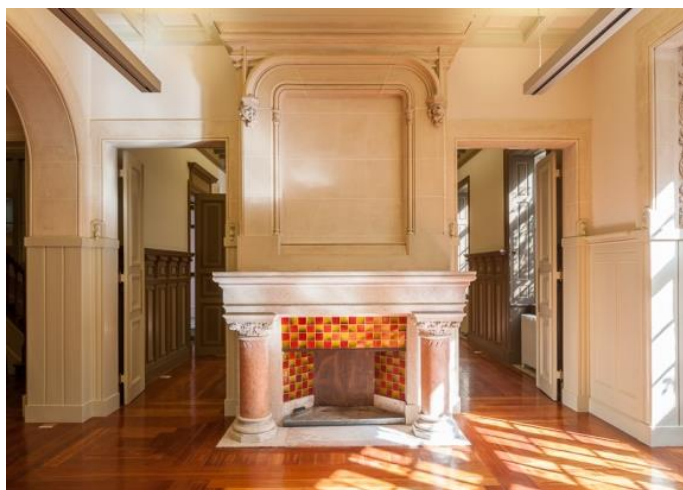
[4] – Plantas da intervenção do Arquiteto Marques da Silva (ver em Anexo I)



[5] – Alçados originais do Arquiteto Marques da Silva (ver em Anexo II)



[6] – Alçados da intervenção do Arquiteto Alexandre Alves Costa (ver em Anexo II)



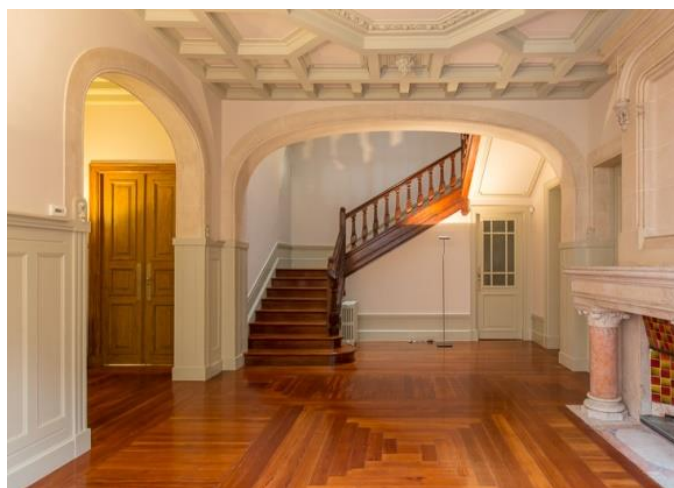
[7] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) da Sala de Receber na Cave



[8] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) do Hall no 1º piso



[9] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) pormenor de portas



[10] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) do corredor no Rés-do-Chão



[11] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) do pormenor do Quarto



[12] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) do corredor no Rés-do-Chão



[13] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) da Cozinha no Rés-do-Chão



[14] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) de pormenor de fechadura



[15] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) das escadas



[16] – Fotografias antes da intervenção (lado esquerdo), pós intervenção (lado direito) do pormenor de louça da casa de banho

Como podemos verificar através das imagens a obra continua a ser a que o arquiteto Marques da Silva projetou, toda a sua essência mantém-se, assim como toda a sua decoração e todas as divisões e funções.

Ao olhar para as imagens 5, 6, 7 e 8 é possível verificar a afirmação feita de que não existe qualquer alteração a nível de projeto. Contudo, nas outras imagens entende-se o que o arquiteto Alexandre Alves Costa quis dizer com a escolha das cores para as divisões interiores, sendo que, não houve grandes mudanças, mas a pouca alteração introduzida dá uma nova vida e um novo espírito à habitação.

Como se pode observar através das imagens, o edifício antes da intervenção, estava a degradar-se aos poucos: sem brilho, sem luz e sem a vivência humana. A imagem 17 mostra exactamente isso, antes da intervenção tínhamos o lavatório, um espelho redondo e uma luz acima do espelho com os fios de ligação à vista colocados sobre uma parede em azulejos brancos e uma parede cinzenta. O autor deixa tudo exactamente no mesmo sítio, apenas restaurando os elementos, esconde os fios de ligação da luz e muda a cor da tinta da parede, colocando tinta branca, tornando o espaço mais claro e com uma imagem mais simples e mais “limpa” do que existia antes.

Em suma, um espaço que não seja habitado pelo homem não é espaço, é uma ruína, portanto, o arquiteto devolveu o conforto à casa com pouca para não dizer quase nenhuma alteração, encaixando-se no restauro crítico.

Existiram, ao longo do tempo, várias teorias do restauro. Todas elas tinham com o objectivo manter o máximo possível da pré-existência, tinham também as suas diferenças.

O restauro arqueológico defendido por Raffaele Stern (1774-1820) e Giuseppe Valadier (1762-1839), que valorizava a ruína, a localização original, respeitava o material original do monumento, mas essencialmente defendia que nada devia de ser acrescentado.

Camillo Boito (1836-1914), pai do restauro filológico, defendia que deveria de se respeitar o objecto original da pré-existência, tentando intervir o mínimo

possível mas criar uma distinção clara das intervenções efectuadas. Não era apologista de eliminar as marcas das intervenções já efectuadas, pois entendia-as como parte da história da edificação, portanto fazia manutenção aos elementos que necessitassem.

O restauro científico, defendido por Gustavo Giavannoni (1873-1947) sustentava-se, como no restauro histórico, em documentos irrefutáveis, evitando o *“fatalismo passivo” de John Ruskin como o intervencionismo de Viollet-le-Duc. Caraterizava-se por métodos e conhecimentos próprios das ciências humanas*.²⁸

O restauro crítico, que era defendido por Roberto Pane (1897-1987) e Cesare Brandi (1906-1988), afirma que cada obra é única na sua configuração e no seu tempo, exigindo assim soluções únicas, baseadas em análises do monumento e a sua história para conseguir determinar toda a sua qualidade e importância estética. O restauro tem de ser encarado como um acto cultural fundamentado na história e na estética e não como uma actividade empírica originado por experiências práticas.

²⁸ Retirado de: <https://midas.revues.org/131>



[17] – Desenho de Alexandra Faria

5.2 Recuperação – Casa da Boavista

DESIGNAÇÃO DA OBRA | Casa da Boavista

AUTORIA | Atelier In.Vitro (Joana Leandro Vasconcelos)

LOCALIZAÇÃO | Boavista, Porto

DATA | 2015

A Casa da Boavista, localizada na Rua de António José da Costa 53 Boavista, Porto, datada de 1915 foi comprada, em 2014, pela própria arquiteta Joana Vasconcelos, com o intuito de construir a sua própria casa.

Foi escolhido este edifício porque a intenção da autora era manter as características da casa burguesa. Portanto o estado da pré-existência era um factor muito importante e esta habitação especificamente encontrava-se em “ótimo estado de conservação”²⁹ conseguindo assim realizar um projecto com o orçamento reduzido que tinha.

A casa, “*construída num lote estreito e comprido, com quatro pisos, duas frentes e jardim nas traseiras*”³⁰, encaixa-se então no padrão típico de uma habitação burguesa dos finais do século XIX e inícios do século XX. Tanto as características construtivas como os ornamentos estavam em bom estado de conservação. A arquiteta, portanto, pretendia preservá-los, optando por restaurar na integridade muitos dos elementos na casa, como os “*tetos, os soalhos, as carpintarias interiores e exteriores, revestimentos cerâmicos e algumas peças sanitárias.*”²²

Segundo a arquiteta, foram feitas ligeiras alterações na organização interior da habitação. A cozinha original, que era praticamente inexistente, foi desenhada de raiz, mas para não quebrar a ligação com o historicismo da habitação, desenhou-o de forma a enquadrar-se com o resto do projeto. Já para a escolha do estilo dos móveis (escolhidos/desenhados) optou-se por peças de inspiração dos anos 50. “*Como em qualquer outro projeto, tivemos de pensar se se adaptava ao programa que pretendíamos. Tentámos não alterar muito o seu funcionamento, porque estas casas foram bem construídas*”. A arquitecta Joana Vasconcelos não queria romper com toda a história do edifício, e optou por retirar o mínimo possível do existente pois esta defendia que: “*Se começarmos a tirar muita coisa, passa a ser só uma casca.*”²¹

²⁹ Retirado de: <https://www.publico.pt/2017/08/11/local/noticia/joana-vasconcelos-a-arquiteta-que-sonha-com-os-projetos-de-reabilitacao-1781981>

³⁰ Retirado de: <http://www.archdaily.com.br/br/781192/casa-da-boavista-atelier-iitro>

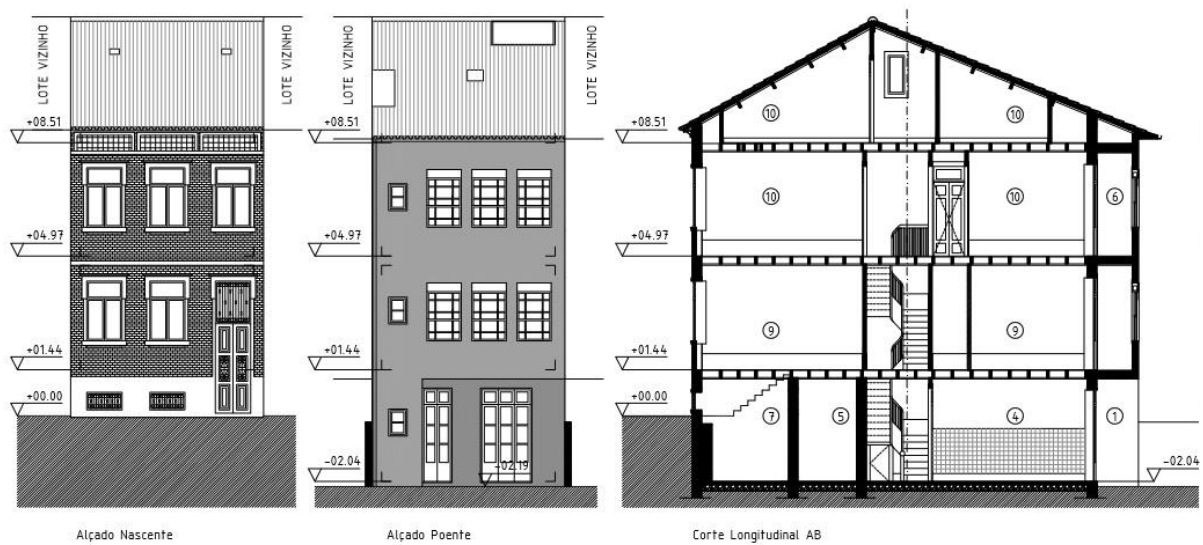


[18] Plantas do existente_Cave | Rés-do-chão | 1º piso | 2º piso (ver em Anexo III)

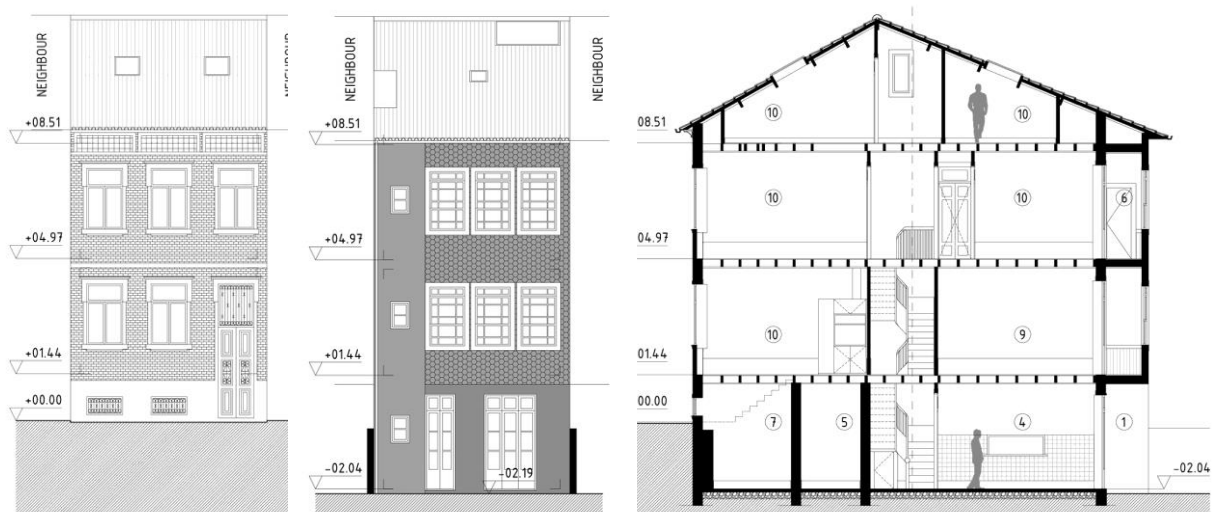


[19] Plantas após a intervenção_Cave | Rés-do-chão | 1º piso | 2º piso (ver em Anexo III)

- 1 - Alpendre
- 2 - Quarto de Banho
- 3 - Sala de Jantar
- 4 - Cozinha
- 5 - Despensa
- 6 - Vestíbulo
- 7 - Lavandaria
- 8 - Arrumos
- 9 - Sala de Estar
- 10 - Quarto
- 11 - Closet



[20] Alçados Nascente e Poente antes de intervenção e Cortes (ver em Anexo IV)



[21] Alçados Nascente e Poente e cortes após a intervenção (ver em Anexo IV)

A casa está englobada num conjunto de 5 casas construídas em simultâneo, com a mesma fachada e com o mesmo material de acabamento, azulejos verdes biselados, muito típico desta época. Portanto, a fachada principal permaneceu igual, repondo assim os azulejos originais; foram preservadas as janelas existentes, janelas de guilhotina, que fazia parte de todo o conjunto de elementos existentes na fachada, como se verifica na imagem 23. O mesmo não se pode dizer da fachada posterior, pois já foi sujeita a uma intervenção nos anos 40 do século XX. Joana Vasconcelos optou por recriar os alinhamentos originais da fachada, aplicando soletos de ardósia na parte central da fachada, ficando apenas o volume lateral, que corresponde as instalações sanitárias, com reboco em alvenaria de pedra (imagem 25).

Relativamente à intervenção na habitação, pode ser dito que foi realizada uma preservação de fachada, deixando como era originalmente. Todas as áreas interiores foram mantidas, com a mesma função, sendo apenas removidos e adicionados alguns pequenos elementos (ver imagem 24). Portanto, ligado a esta recuperação, estão também ligados outros conceitos, como o restauro, nos exemplos acima referidos e a reabilitação, que é utilizada pontualmente em alguns elementos da obra, conseguindo assim criar uma relação com o passado.

A valorização das pré-existências e a sua preservação permitiu que os fatores económico e temporal se cumprissem, sem prejudicar a sua forma e função e desta maneira o objeto sobrepôs-se ao projeto.



[22] – Plantas, alçados e cortes com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.



[23] – Fotografias da fachada principal antes de intervenção (esquerda) e após intervenção (direita)



[24] – Fotografias da fachada tardoz antes de intervenção (esquerda) e após intervenção (direita)



[25] – Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão antes da intervenção



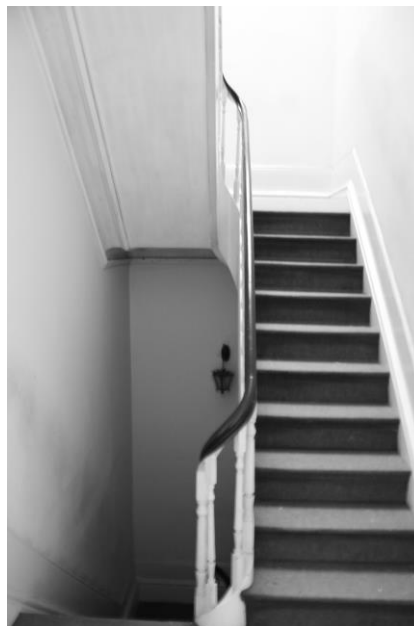
[26] – Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão após a intervenção



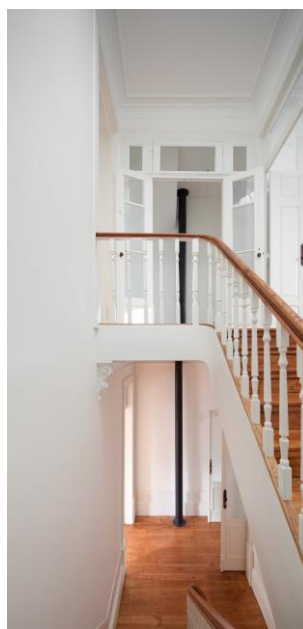
[27] – Fotografias interiores de divisões da cave antes da intervenção | Cozinha | Sala de refeições



[28] – Fotografias interiores de divisões da cave após a intervenção | Cozinha | Sala de refeições



[29] – Fotografias interiores caixa de escadas



[30] – Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão após a intervenção



[31] – Fotografia do interior do quarto após a intervenção

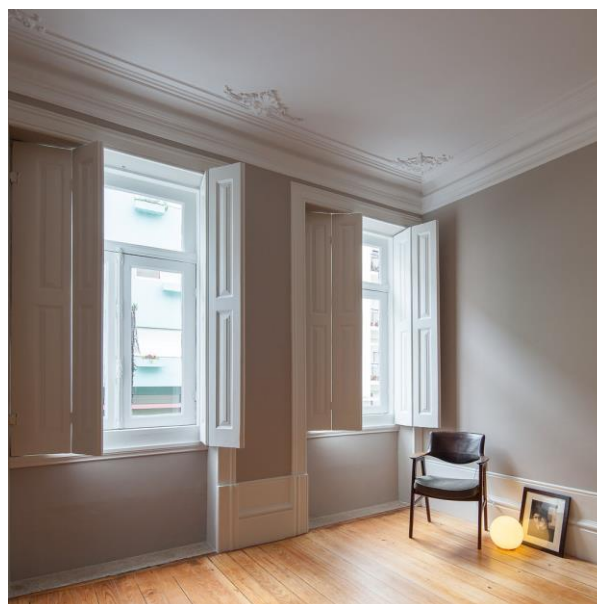


[32] – Fotografias interiores de divisões do 1º piso antes da intervenção (1ª imagem da esquerda) e após a intervenção (2ª e 3ª imagem) | WC |

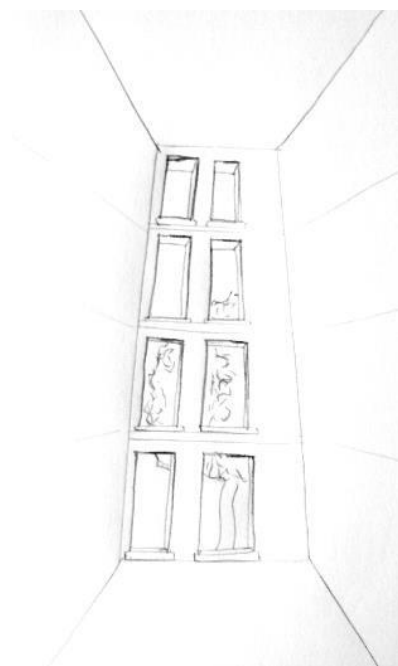
Quarto



[33] – Fotografias interiores de divisões do 1º piso antes da intervenção | Corredor | Quarto



[34] – Fotografias interiores de divisões do 1º piso após a intervenção | Corredor | Quarto



[35] – Desenho de Soraia Rodrigues

5.3 Reconstrução – Casa do Conto

DESIGNAÇÃO DA OBRA | Casa do Conto

AUTORIA | Pedra Líquida (Alexandra Grande e Joana Couceiro)

LOCALIZAÇÃO | Porto

DATA | 2009-2011

A Casa do Conto, localizado na Rua da Boavista, no Porto, nº 703, tem mais de 100 anos de história e foi alvo de uma reconstrução recente.

Segundo Álvaro Domingues, esta casa burguesa, construída no século XIX, tinha um ambiente familiar, cujo quotidiano se baseava em subidas e descidas da escadaria, com empregadas e grandes *“serões alegres e dias tristes que a vida traz”*³¹, fazendo desta casa, uma casa normal do século, com um habitar normal. A casa caracterizava-se pelo seu aspeto, todo ele tradicional, com salões que tinham tetos de gesso ornamentado, a escadaria central em pinho de riga com a sua famosa claraboia, *“as falsas portas pintadas na parede para aumentar a simetria e a solenidade do salão, as verdadeiras portas e rodapés em madeira cobertas de gesso pintado para imitar outra madeira”*²⁴ e o logradouro.

A segunda utilização que esta obra teve foi, à semelhança do anterior, habitacional, mas para uma senhora, mãe solteira, com filhos a estudar na grande cidade do Porto. Esta família foi “crescendo”, aproveitando o espaço extra que tinha na casa, para alugar quartos a rapazes, chegando mesmo a ter 15 estudantes a viver dentro da casa. Para conseguir espaço para tantas pessoas, era natural que fossem improvisadas divisões, divisões estas que não chegavam a tocar nos tetos. Em suma a casa que em tempos era uma casa bem estimada e com muita história por contar, perdeu muitos capítulos da sua história e perdeu a característica de “casa burguesa portuense do século XIX”.

A terceira utilização desta casa, levada a cabo pelo atelier Pedra Líquida, foi breve, demasiado breve até, sendo que nem sequer chegou a ser habitada pois acabou em cinzas, após um incêndio dias antes da inauguração deste mesmo espaço. Tratava de uma reconversão de uma casa burguesa em hotel, visto que a intenção era criar um hotel com um espaço diferente do que habitualmente se vê em hotéis, e também porque o estado de boa conservação do edifício assim o permitiu, podendo assim respeitar a essência da obra original.

³¹ Retirado de: <https://www.publico.pt/2011/10/22/jornal/esta-casa-dava-um-conto-23211950>

A intervenção passou por tratar todos os elementos que necessitassem de manutenção, como a madeira presente no soalho, para que se consiga ver o estado inicial do edifício. A clarabóia (imagem 39) que é a única entrada de luz para as escadas também foi aproveitada, mas alterada permitindo assim a entrada e mais luz (imagem 44). Toda a construção nova que foi implantada no interior da antiga casa burguesa foi feita em materiais diferentes do existente, sendo então diferenciado e sinalizado o que foi introduzido. Deste modo conseguem uma diferenciação temporal e uma ideia de que o que foi introduzido seja algo temporário, visto que estas divisórias não tocam nos tetos.

Em suma conseguimos perceber que o autor assume um contraste claro entre o novo e o antigo, dando realce aos elementos novo através da sua diferente materialidade e a forma da sua implantação, e trata dos elementos que carecem de manutenção.



[36] – Fotografias do exterior do edifício antes da 1ª intervenção da fachada principal (esquerda) e da fachada tardoz (direita)



[37] – Fotografias do interior do edifício antes da 1ª intervenção



[38] – Fotografias do interior do edifício antes da 1ª intervenção



[39] – Fotografias do interior do edifício antes da 1ª intervenção



[40] – Fotografias do exterior do edifício após a 1ª intervenção da fachada principal (esquerda) e da fachada tardoz (direita)



[41] – Fotografias do interior do edifício após a 1ª intervenção



[42] – Fotografias do interior do edifício após a 1ª intervenção



[43] – Fotografias do interior do edifício após a 1ª intervenção



[44] – Fotografias do exterior do edifício após o incêndio da fachada principal (esquerda) e da fachada tardoz (direita)



[45] – Fotografias após o incêndio do edifício (esquerda) e do interior do edifício (direita)

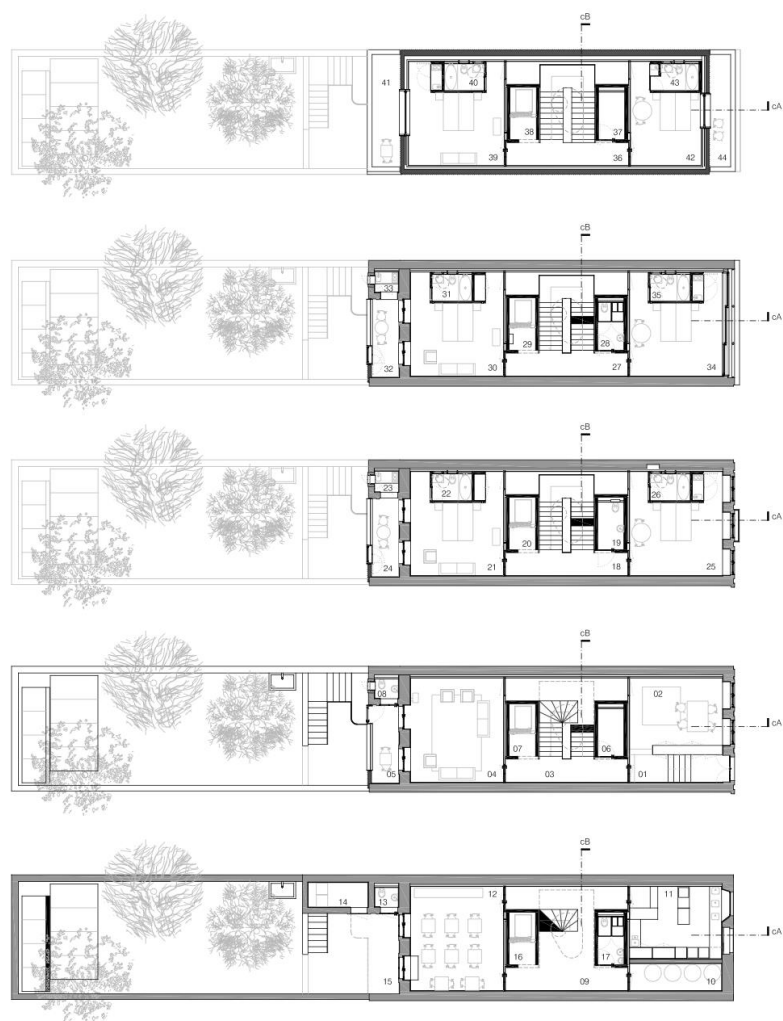
Após este “desfecho” devastador, em 2009, era necessário um projeto que alterasse, adaptasse e fizesse renascer o que restava da habitação, sendo que quem ficou responsável pela criação de um conceito inovador que implantasse um hotel neste local foi novamente o atelier Pedra Líquida. Surgiu a ideia da Casa do Conto, arts & residence como *“oportunidade única de dar vida a esta bela casa burguesa”*³², do porto oitocentista, conjugando a residência temporária com atividades culturais. A solução possível era reconstruir a habitação na sua totalidade preservando apenas a sua fachada principal, sendo que surgiu *“uma nova oportunidade de, usando a metáfora da Fénix, fazer renascer um novo lugar de vida, a partir das cinzas do edifício destruído.”*

²⁵ Para os arquitetos envolvidos a *“obra tornou-se um laboratório experimental em torno da plasticidade do betão aparente, levando ao limite as suas qualidades estruturais e expressivas.”*²⁵ Este material cria um contraste pela sua contemporaneidade.

Álvaro Domingues diz que *“o novo projeto evoca, através de uma aproximação abstrata, a estrutura e a decoração da casa pré-existente, usando materiais e técnicas tradicionais – os ripados de madeira dos tabiques, as chapas onduladas dos revestimentos e as superfícies curvas de contraplacado – como molde das novas superfícies em betão aparente: na caixa de escadas central, na fachada traseira, nas casas de banho cúbicas que preenchem cada um dos quartos, e na claraboia oval que ilumina o centro do edifício, mantendo, ainda neste caso, a tradição portuense.”*³³

³² Retirado de: <http://cargocollective.com/pedraliquida/130-Casa-do-Conto>

³³ Retirado de: <https://www.publico.pt/2011/10/22/jornal/esta-casa-dava-um-conto-23211950>



[46] – Plantas da intervenção após o incêndio para a Casa do Conto (ver em Anexo V)



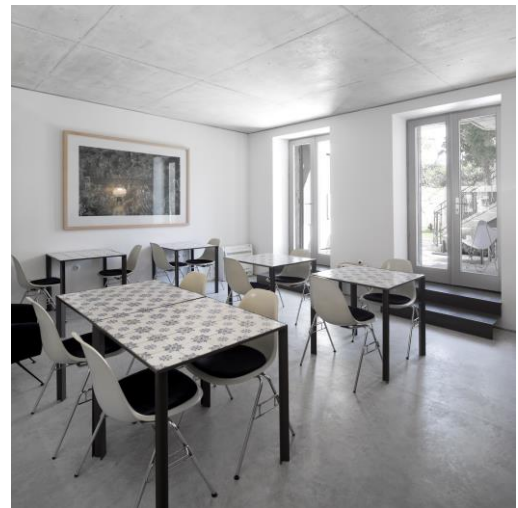
[47] – Alçados e corte da intervenção após o incêndio para a Casa do Conto (ver em Anexo VI)



[48] – Fotografia após intervenção da fachada principal (esquerda) e da fachada tardoz (direita)



[49] – Fotografias após intervenção do interior



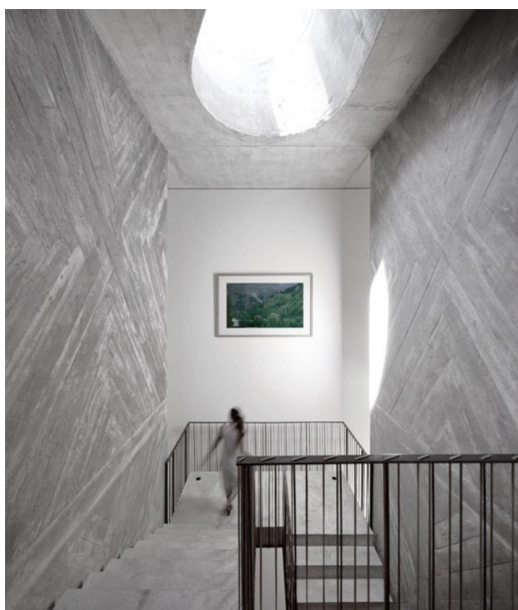
[50] – Fotografias após intervenção do interior



[51] – Fotografias após intervenção dos quartos



[52] – Fotografias após intervenção dos quartos



[53] – Fotografias após intervenção do interior e da vista

Todo o interior da casa encontrava-se devoluto, excetuando a fachada principal e os seus vãos que foram recuperados na totalidade. A introdução de novos elementos e materiais foi feita de forma a notar que se está presente de uma obra recente, conseguindo assim sentir a contemporaneidade dentro de uma “casca” oitocentista, sendo que a relação do novo com o antigo acontece através de memórias da casa burguesa. A ideia base era que passados os cem anos de vida da habitação entre a sua construção, reabilitação e reconstrução a casa se mantivesse fiel ao protótipo de uma casa burguesa.

A casa é constituída por quatro pisos e uma cave sobre-elevada, onde a organização interior é feita em torno do acesso vertical, que foi redesenhado, onde o próprio material permitiu a criação de uma textura nas paredes, criando um ambiente interior diferente do que existiu, redesenhando a clarabóia, dando-lhe um aspeto mais contemporâneo com uma forma mais irregular. Este elemento é um aspeto importante no projeto, visto que é o único espaço por onde entra luz natural, conseguindo assim criar um jogo de luz e sombra, contrastando com o betão a vista.

A verdade é que quando se analisa os acabamentos interiores do hotel, verifica-se que o material mais utilizado foi o betão e a nível de pintura, a tinta de cor branca. Olhando para os quartos, é observado no pavimento, nos tetos e nos blocos (instalações sanitárias) que o betão está bem presente nesta obra. No teto existem textos *“gravados, em baixo relevo (apostos a cofragem), nos quais é possível ler diferentes narrativas sobre o conceito de “casa” e desta casa em particular.”*³⁴ Tirando o cinzento do betão a escolha das cores foram ténues, tornando o espaço bastante acolhedor e remetendo sempre as memórias da casa, puxando assim o lado mais sentimental do habitante temporário do espaço.

A divisão de espaço é bastante simples e lógica, sendo que a cave e o rés-do-chão se destinam às áreas sociais. Na cave encontramos uma zona de confeção e sala de refeições, e no rés-do-chão uma receção, uma sala de estar, uma “marquise” que dá acesso ao logradouro. O que resta de áreas

³⁴ Retirado de: <http://cargocollective.com/pedraliquida/130-Casa-do-Conto>

privadas de um hotel encontram-se nos três pisos restantes, ou seja, os quartos. Em cada quarto encontra-se um bloco sólido de betão, onde se encontram as instalações sanitárias e armários.

Para finalizar, e reforçar que a opção de utilizar apenas a estrutura do edifício tornando-o moderno no seu interior é também uma forma legítima de intervir em pré-existências, conseguindo resultados excelentes, encontra-se escrito na porta principal da Casa do Conto “Foi 513”, sendo este um detalhe que *“invoca a sobreposição das várias narrativas da casa. (...) O significado que estas estruturas podem assumir na nova cidade, como memória e dinâmica das pessoas que a habitam, mesmo que temporariamente, confere aos centros históricos a sua modernidade podendo impedir a sua desertificação.”*³⁵

³⁵ Tirado de: <http://cargocollective.com/pedraliquida/130-Casa-do-Conto>

6. Projeto proposto



[54] – Desenho de Alexandra Faria

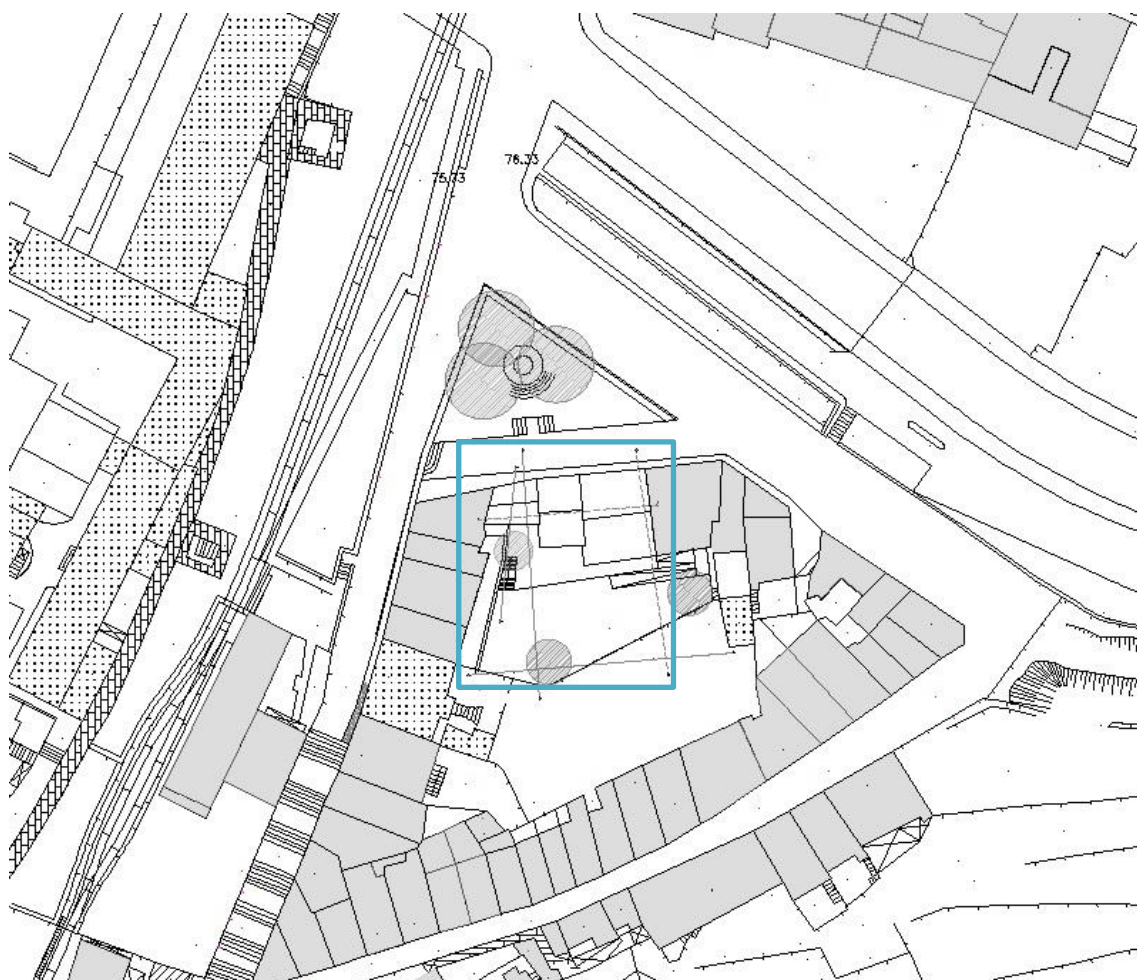
DESIGNAÇÃO DO PROJETO | Lar Residencial

ALUNA | Alexandra Faria

LOCALIZAÇÃO | Porto

DATA | 2017

6.1 Um Lugar. Três Ruínas. Uma Proposta - Análise



[55] – Planta de implantação do Lar Residencial no Largo Actor Dias

A área de intervenção do projeto para o Lar Residencial localiza-se no Largo Actor Dias, sobre um edifício arruinado a sul do largo. Aqui encontram-se três habitações (desde o nº 63 ao 79) aptas para desenvolver o programa proposto.

O largo, que se situa no acesso às escadas dos Guindais e perto do Funicular dos Guindas, tem uma grande diferença de cotas entre si, desde a Rua Saraiva de Carvalho à Rua Arnaldo Gama, fazendo com que a sua forma e configuração seja irregular. O limite deste é a muralha Fernandina, uma frente urbana de edifícios de habitação e, a uma cota superior, um viaduto “Rua do General Sousa Dias”.

As habitações que predominam nesta área são do início do século XX, a tradicional casa burguesa portuense, em cantaria de pedra. Sendo que a

envolvente mais próxima do edifício a ser reabilitado, olhando para o edifício de frente, do lado esquerdo encontra-se, atualmente, um clube de Jazz e Blues, e do lado direito uma habitação unifamiliar. O programa mais encontrado na envolvente é a habitação, mais especificamente habitações unifamiliares.

O programa a que o projeto tem de responder é um Lar Residencial com diversos espaços tais como: um átrio de receção, espaço administrativo, sala de estar, sala de refeições e área de confeção, despensa, sala de tratamentos de roupas, arrecadação e 8 quartos com instalação sanitária incluído. Portanto, uma área total de, arredondando, 440m².

Focando um pouco na pré-existência que se encontra actualmente, devido ao avançado estado de degradação das ruínas é difícil de entender os tipos de organização interior que tinham. Destes edifícios era possível reabilitar a fachada, sendo possível uma leitura clara dos vãos existentes. Podemos também concluir, através de registos fotográficos antigos, que existia uma diferença de cotas entre os três edifícios a serem tratados, entendendo que existe uma lógica e uma coerência nas suas fachadas.

É essencial em fase de estudo analisar todo o tipo de documento existente sobre a pré-existência para conseguir entender exatamente como funcionava a fachada virada para o largo (ver imagem 56 e 57), mas mesmo assim mantém-se árdua a tarefa de deduzir a organização interior visto que o que resta neste momento são destroços de uma antiga habitação (ver imagem 58).



[56] – Fotografia antiga das habitações



[57] – Fotografia antiga do largo e das habitações



[58] – Fotografia atual da fachada principal mostrando o estado em que se encontram as habitações



[59] – Fotografia atual do estado em que se encontram as habitações



[60] – Fotografia atual do estado em que se encontram as habitações



[61] – Fotografia atual do estado em que se encontram as habitações



[62] – Fotografia atual do estado em que se encontram as habitações

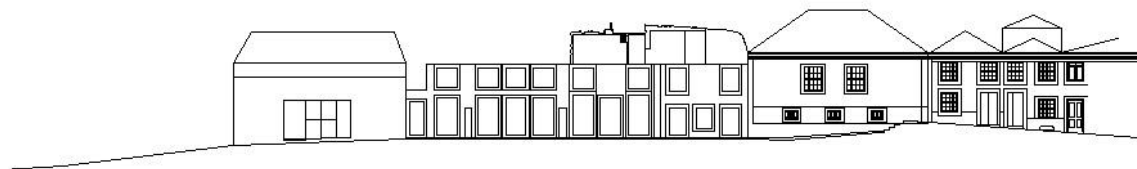
Com base nestas imagens foi decidido que uma reconstrução seria a escolha mais adequada, já que não existiam quaisquer elementos no interior, em condições de sustentar uma reabilitação, muito menos um restauro. Também não foi possível entender a materialidade do edifício, apenas observar na imagem 61 a utilização de azulejo numa pequena parte da última habitação do lado esquerdo, para quem está de costas para as habitações. O único elemento que é factível de analisar é a fachada e posto isto, foi proposto a reabilitação da mesma, não a mantendo na totalidade, mas preservando o essencial para se entender o alinhamento existente com a sua envolvente e o seu enquadramento histórico.

6.2 Proposta de intervenção

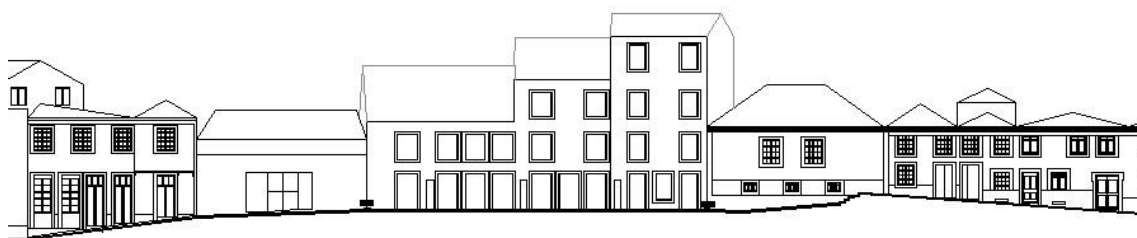
O processo de projeto iniciou-se com uma pesquisa e um estudo sobre:

1. Documentação existente do local enquanto habitações individuais;
2. Vivência e forma como as pessoas habitavam o largo Actor Dias;
3. Envolvente e toda a edificação em torno do largo;
4. Tipologia tipo da casa burguesa portuense;
5. Materiais utilizados na época;
6. Melhor método de encaixar uma reconstrução contemporânea num edifício típico;
7. Os materiais indicados para ser introduzido numa “casca” pré-existente.

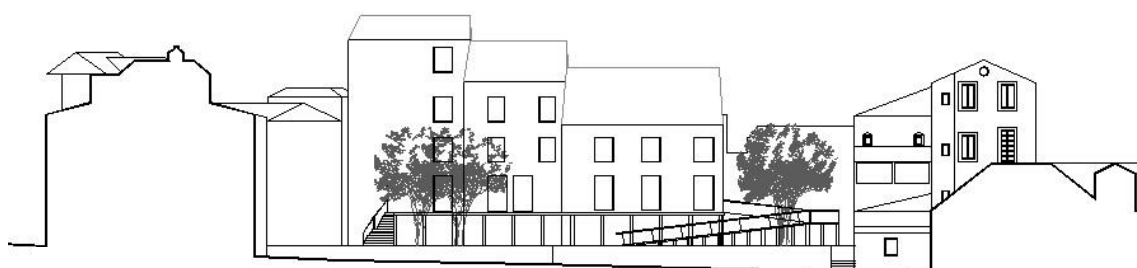
Paralelamente a este estudo, a organização interior do Lar Residencial começou a ser estudado, muito pragmaticamente, fazendo uma divisão das áreas de lazer e sociais das áreas privadas.



[63] – Alçado principal enquanto pré-existência das 3 habitações



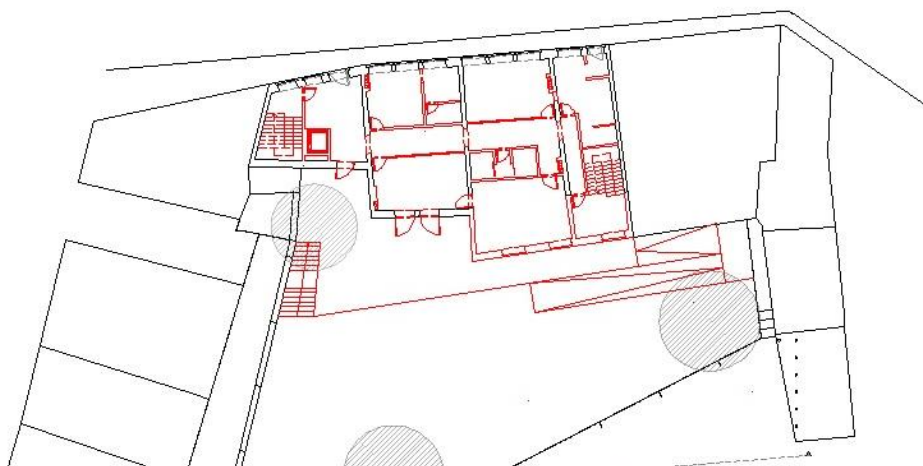
[64] – Proposta do alçado principal do Lar Residencial (ver em Anexo VII)



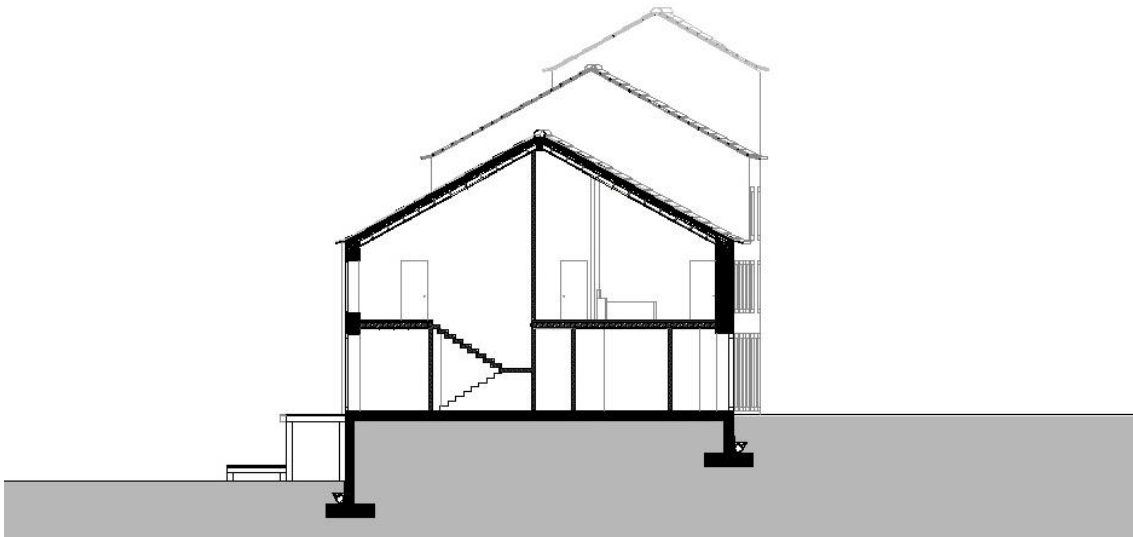
[65] – Proposta do alçado tardoz do Lar Residencial (ver em Anexo VIII)



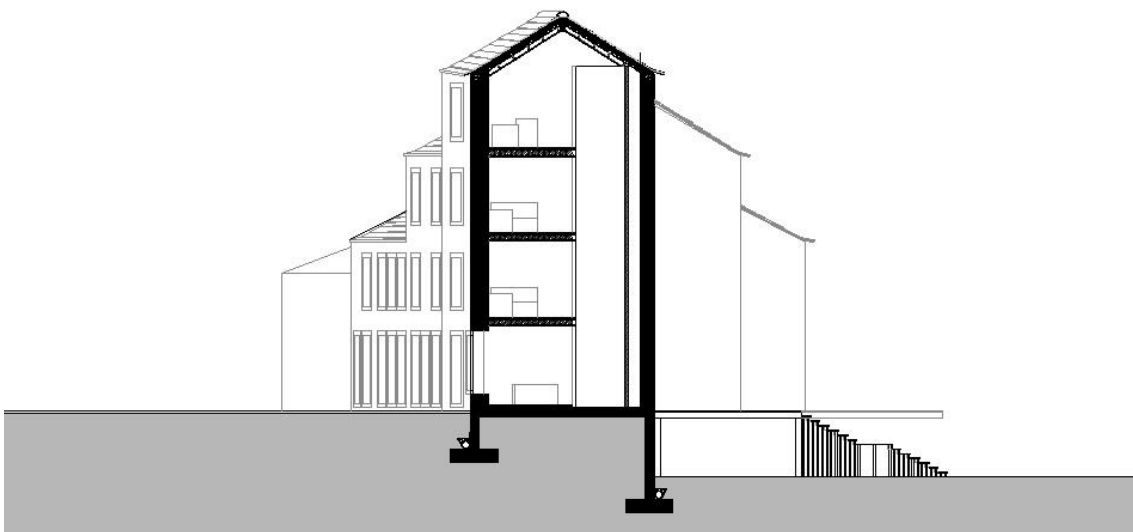
[66] – Alçado com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.



[67] – Planta com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.



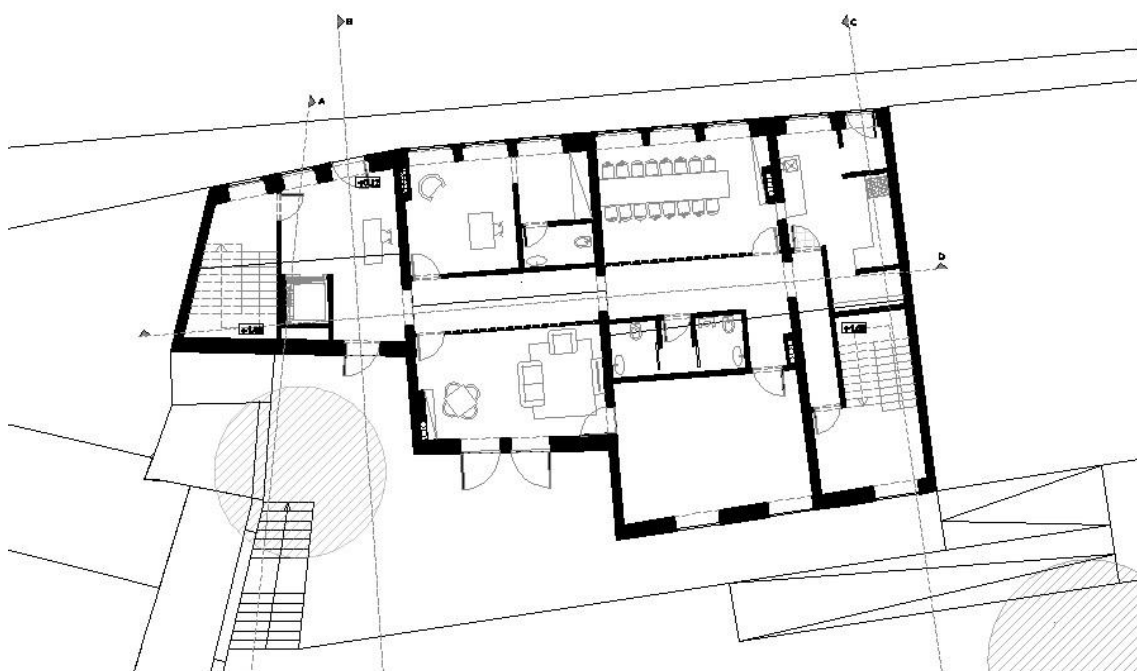
[68] – Corte do projeto proposto para o Lar Residencial (ver em Anexo XV)



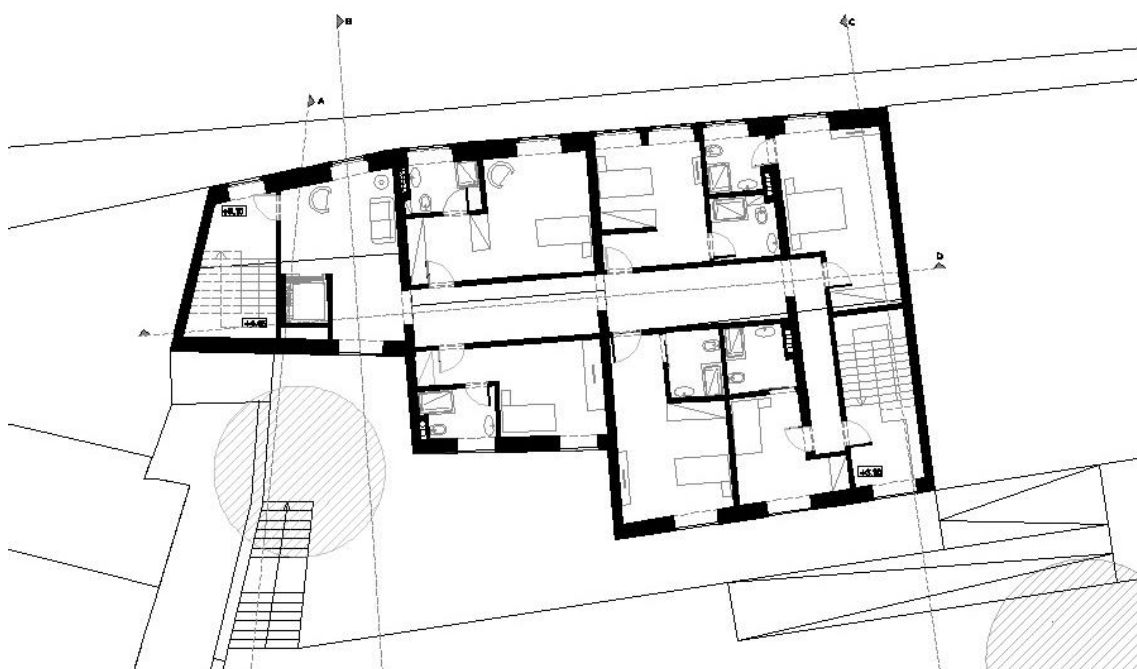
[69] – Corte do projeto proposto para o Lar Residencial (ver em Anexo XIV)



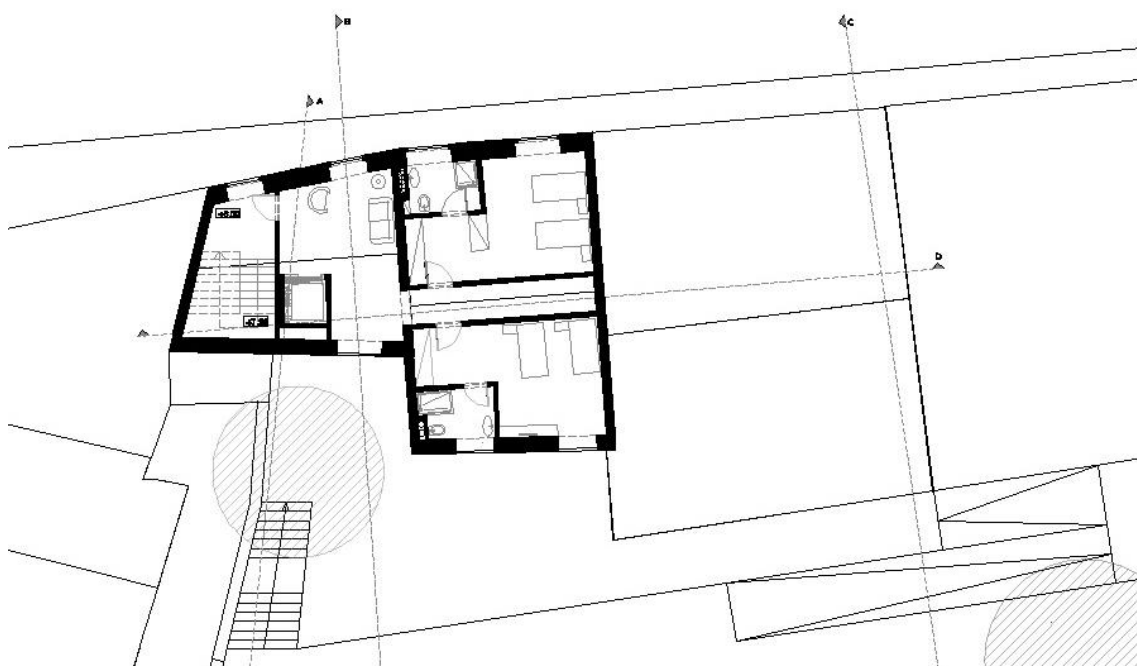
[70] – Corte do projeto proposto para o Lar Residencial (ver em Anexo XVI)



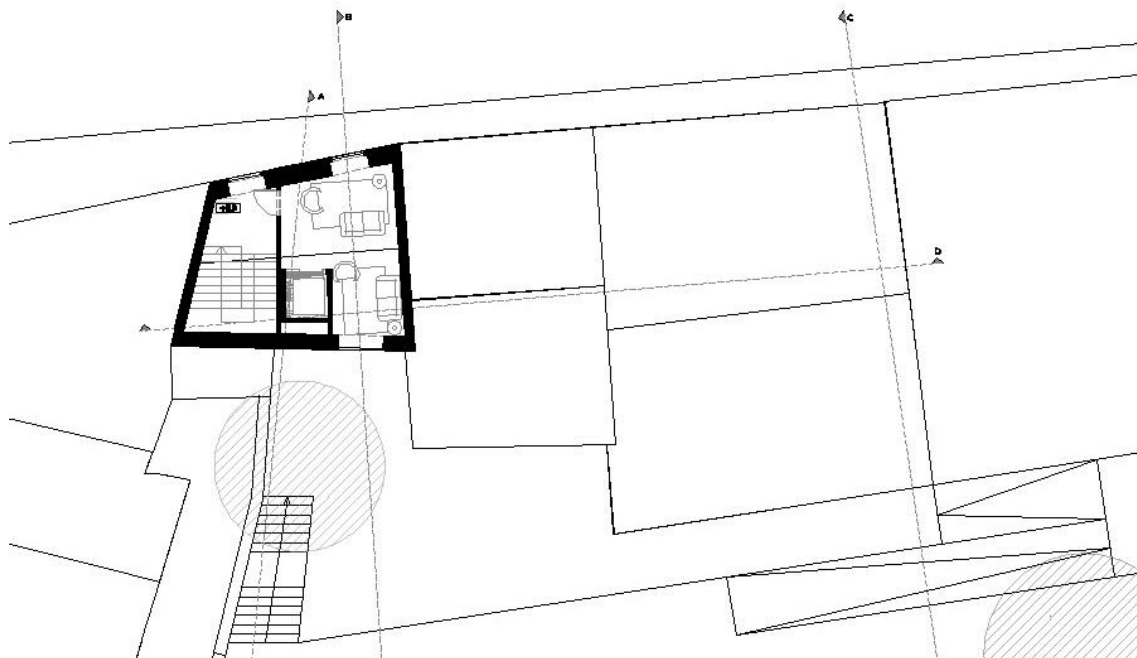
[71] – Planta do Rés-do-chão (ver em Anexo IX)



[72] – Planta do 1º piso (ver em Anexo X)



[73] – Planta do 2º piso (ver em Anexo XI)



[74] – Planta do 3º piso (ver em Anexo XII)

Como se consegue verificar é proposto uma diferença de cotas nas três habitações (ver imagem 65 e 66), começando pela primeira do lado esquerdo, mantendo dois pisos, como originalmente, a habitação do meio com três pisos e a do lado direito com quatro pisos. Esta distinção volumétrica remete-se para o interior do edifício também, onde cada habitação tem a sua função. Foi também possível criar um jogo de volumes distintos, para que ao observar o edifício de fora, este continue a parecer três habitações individuais. Quanto aos vãos, conseguimos ver que existe uma ligeira alteração no espaçamento entre os vãos do rés-do-chão para o 1º piso, conseguindo assim ir buscar os alinhamentos do edifício vizinho.

Ao olhar para as plantas da proposta, conseguimos verificar que existe uma tentativa de ir buscar os limites de cada habitação, transportando isso para o interior do Lar. Isto é conseguido utilizando a mesma espessura da parede do exterior, fazendo a continuação da parede exterior para uma divisória interior, ou seja, vê-se a parede do limite da habitação a entrar no interior do edifício geral. O objetivo era que no interior do edifício se conseguisse sentir os limites de cada habitação.

A ideia era colocar todo o tipo de acesso vertical numa habitação, e depois distribuir o resto do programa pelos outros dois lotes, sendo que os acessos ficaram todos no lote da esquerda.

No rés-do-chão podemos não só encontrar todas as áreas que tenham um possível contacto com o público exterior, nomeadamente, toda a zona administrativa, lazer, social, mas também a zona de confeção de comida e tratamentos de roupa. Na habitação do meio encontramos uma sala administrativa, virada para o largo, e uma sala de lazer com acesso direto para o logradouro. Por último, na habitação do lado direito temos uma sala de refeições, uma cozinha com dispensa, virada novamente para o largo, uma sala polivalente e a sala de tratamento de roupas virado para o logradouro. Esta sala de tratamento tem um acesso ao piso superior, sendo por isso um acesso de serviço.

O acesso ao exterior é feito por este piso, encontrando uma plataforma em ferro e madeira, e uma zona verde, parte em sombra e parte ao sol. Foi

escolhido este material especificamente para permitir a distinção de um elemento novo com um ar leve e flexível que aparenta pousar no logradouro existente, e que, caso assim fosse pretendido, seria possível a sua remoção, ou seja, não aparenta ser um elemento permanente no edifício.

No 1º piso, começa a área mais privada do Lar, ocupando a área total das três habitações, com seis quartos suite, três virados para o largo e três para o logradouro - o acesso vertical principal e o acesso de serviço, para que os funcionários não tenham que utilizar o acesso principal para transportar equipamentos de limpeza.

O 2º piso, que tem apenas dois quartos suite - um virado para o largo e o outro para o logradouro - e o acesso vertical, ocupa apenas a área de duas habitações, a do lado esquerdo e a do meio.

No último piso, encontra-se uma sala de leitura, com vista para ambos o largo e logradouro. É um espaço pequeno e acolhedor, ocupado apenas a área da habitação mais pequena, a do lado esquerdo. Foi escolhido uma sala de leitura, uma vez que sendo este o espaço mais privilegiado do Lar por ser o mais alto de todos, conseguindo vista para o Rio Douro e, simultaneamente vista o largo, transmite assim uma sensação de sossego, silêncio e de liberdade.

Em termos de materialidade optou-se por materiais mais contemporâneos como o soalho de madeira e o reboco branco, conseguindo assim um aspecto mais moderno e mais acolhedor, sendo ideal para o tipo de programa proposto.

Em suma, neste projeto a introdução de novos elementos, novos materiais e novos espaços é o que se manifesta mais visto que a fachada principal é único elemento que se mantém da ruína, mesmo sendo alterada.

7. Conclusão

Ao longo de todo este trabalho, embora falando, de uma forma geral, de vários conceitos existentes, foram estudados mais aprofundadamente apenas três desses conceitos, ou seja, três formas de abordar uma intervenção numa pré-existência. Dentro destes conceitos, foi apresentado um caso de estudo para cada um deles, podendo mostrar de forma prática o seu significado.

Após análise de todos os casos de estudo, chegamos à conclusão que primeiro é preciso definir o que significa uma pré-existência, ou seja, é uma arquitetura do passado que perdura até ao presente, podendo ser desde edifícios considerados património, como igrejas ou castelos, até uma casa que até pode ser desconhecida e facilmente ignorada. Estes edifícios marcam uma história, um capítulo com memórias, e são essas memórias que determinam a sua própria identidade e valor. A função do arquiteto face a uma pré-existência é restituir a vida que tinha, para que as memórias não sejam esquecidas com o decorrer do tempo. Em suma o arquiteto deve guiar o seu projeto com o pensamento que o lugar está bem definido, bem solidificado e que tem de ser respeitado e preservado. Há, no entanto, sempre limites, já que nem tudo é passível de preservar, e quando esses limites são ultrapassados a identidade da pré-existência pode estar em risco.

Como diz o Arquiteto Alexandre Alves Costa, a Casa Atelier Marques da Silva é uma obra de restauro puro, embora tenha havido algumas alterações mínimas a nível cromático e a forma de resolver as questões técnicas que tinham de ser instaladas, como aquecimento, ventilação, iluminação, entre outros. É uma obra que não possibilitou muita abertura a nível criativo, como aliás o próprio arquiteto admite. Os espaços tiveram de ser mantidos no mesmo sítio e foram restauradas todas as peças de mobiliário. Em jeito de conclusão tratou-se de uma intervenção que permitisse manter a habitação exatamente como estava.

Na Casa da Boavista, é possível observar que houve um cuidado extremo na introdução dos novos elementos, para que ainda se sentisse o ambiente “histórico” do local, mantendo a memória do que existia antes da intervenção. Esta intervenção é um bom exemplo do ponto de equilíbrio que se consegue alcançar entre a pré-existência e a introdução de novos elementos, obtendo um

espaço agradável, simples, sem demasiados elementos antigos e elementos novos: uma perfeita combinação do passado e presente, criando assim um futuro promissor do edifício.

O projeto desenvolvido durante a unidade curricular projeto 5.2, foi apresentado com o intuito de relacioná-lo com os três conceitos estudados, conseguindo enquadrar o projeto num tipo de intervenção.

Reparamos que existe um forte elo de ligação entre a Casa do Conto como o Lar Residencial, pois ambos possuíam os edifícios em pior estado, podendo se dizer que se trata de um restauro impossível. Como resultado final o único elemento que se conservou foi a fachada, ou seja, da forma inicial só permanece a “cara” do edifício, sendo este o único elemento “original”, ainda que com algumas alterações. A forma, organização e divisão interior do edifício estão completamente alteradas face ao que existia já que foi colocado tudo novo. Foi assim possível mudar a função original da habitação, criando um espaço mais dinâmico e que vá de encontro as necessidades da atualidade.

Tanto no projeto Casa do Conto e como no projeto Lar Residencial, foram casos de funções novas sobrepostas em lotes de antigas habitações unifamiliares.

Nota-se ainda que, na Casa do Conto, houve um grande cuidado nos materiais escolhidos e na forma de os aplicar para não parecer demasiado invasivo, e foi também essa a abordagem utilizada no Lar Residencial.

Olhando para o Restauro, para a Recuperação e para a Reconstrução, conseguimos ver um elo de ligação, mais presente entre o restauro e a recuperação, e entre a reconstrução e o nosso projeto.

No restauro e na recuperação conseguimos verificar que existe sempre o interesse e o cuidado de manter o máximo do existente, embora se insira novos elementos, o que prevalece sempre é a pré-existência, a imagem do antigo, ou seja, a essência da obra mantem-se.

Já na reconstrução como no nosso projeto conseguimos ver que as escolhas tomadas relativamente a forma de intervir são muito semelhantes,

deixando que o novo, o contemporâneo prevalecesse no interior do edifício. Embora, a vista dos habitantes da rua pública, continua a existir a leitura urbana que sempre existiu, ou seja, continua a ler a fachada do edifício que existia, mas com uma nova função e um novo interior.

Como jeito de conclusão, podemos ver a importância do arquitecto e das suas escolhas relativamente a intervenções em património edificado. É também preciso conhecer todos os tipos de conceitos ligados as intervenções em obras pré-existentes, conhecer as diferenças e as semelhanças e dominar todas as técnicas práticas que requer cada conceito. O autor da intervenção tem de saber olhar para a obra pré-existente de forma crítica, conseguindo encaixa-la num certo tempo e espaço, e analisar todos os elementos disponíveis para que possa optar pela forma mais certa de intervir sem por em causa a história urbana como também a história da própria obra arquitectónica.

Em suma, pode-se concluir que a arquitetura tem um papel essencial não só na preservação de edifícios antigos, como na construção de um futuro fundamentado no presente e também no imaginário do arquiteto. É fundamental manter um respeito pelas pré-existências de forma a preservar um passado já em vias de extinção, criando uma ligação com o mesmo.

8. Bibliografia

8.1 Documentos Escritos

Ancient Monuments Protection Act (1882)

Carta de Atenas - Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos (1931)

Carta Internacional de Salvaguarda de Cidades Históricas em Toledo (1987)

Carta de Veneza – Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios (1964)

Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído (2000)

Choay, Françoise - Alegoria do Património. Lisboa : Edições 70. (2008)

Costa, Alexandre Alves (2002). A arte de construir a transformação. Lisboa: Estudos -Património.

Freitas, Vasco Peixoto de – Manual de Apoio ao projeto de reabilitação de edifícios antigos, (1ª edição) Porto Editora 2012

Garcia, Maria (2004) - Vedute di Roma - Giovanni Batista Piranesi. Biblioteca Nacional Tesouros.

González-Varas, I. (2005). Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas. Madrid: Cátedra.

K ühl, Beatriz, *Restauração – Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc*. 3ªedição, Ateliê Editorial, São Paulo, 2000. tradução - 1868),

Mostaedi, Arian (2003). Building conversion & renovation. Barcelona: Carles Broto

Pulin-Moreno, F. “Léxico y critérios de rehabilitación”. In: Colégio Oficial de Arquitectos de Madrid. Curso de rehabilitación: El proyecto . Vol.2. Madrid: C.O.A.M. (1985)

Salgueiro, Teresa Barata – A Cidade em Portugal (1992)

Teixeira, Joaquim (2004). Descrição do sistema construtivo da casa Burguesa do Porto entre séculos XVII e XIX. Faculdade de Arquitetura do Porto, provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.

Tostões, Ana Cristina dos Santos. Cultura e Tecnologia na Arquitetura Moderna Portuguesa. Instituto Superior Técnico, April 2003

8.2 Dissertações

- Barradas, Helena - A preexistência na arquitetura: a ruína como ponto de partida projectual. Lisboa : Universidade Lusíada. (2011)
- Chagas, Maurício de Almeida, “Preexistência, Patrimônio e Projeto” Bahia, Salvador. Universidade Federal da Bahia (2007)
- Freitas, Ricardo Mendes, “Identidade, Tempo e Memória” Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2011/2012)
- Leitão, Daniela Filipa Castro - “Construir no construído, a ruína como instrumento de projeto: proposta de intervenção e reconversão em Lamaçais”, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2016)
- Padua, Carolina Dal Bem, “Arquitetura Moderna; Um estudo sobre património e preservação.” São Paulo (2013)
- Pinto, Alfredo Manuela Sousa, “A reabilitação urbana: Habitação unifamiliar em tecido Consolidado rural” Escola Superior de Artes e Design (2013)
- Rangel, André Filipe dos Reis Moreira, “Projeto e pré-existência em Gonçalo Byrne” Universidade Lusíada de Lisboa (2014)
- Robert, Philippe, “Reconversions” Paris: Le Moniteur (1991)
- Rodrigues, Bruno Filipe Pereira - “Reabilitação de edifícios habitacionais com valor patrimonial – o caso do centro histórico de Guimarães” Universidade Lusófona do Porto (2012)
- Rodrigues, Soraia Lopes, A pré-existência no contexto da reabilitação” Universidade Fernando Pessoa (2015)
- Santos, Beatriz Isabel Rodrigues, “O Novo Velho A Reabilitação da “Casa” Burguesa Portuguesa. Os Processos Construtivos Tradicionais e a Regulamentação Atual” Universidade Lusófona do Porto (2013)

8.3 Referencias da Internet

- <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12907.pdf>
- <https://pt.slideshare.net/Joanaines/arte-portuguesa-contemporanea-1>
- http://www.serralves.pt/documentos/RoteirosExposicoes/RoteiroSAAL_AF.pdf

http://www.jbaganha.com/pdf/pt/05_Arquitetura_Tradicional_Portugal.pdf

<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/viewFile/43402/47024>

<http://cargocollective.com/pedraliquida/130-Casa-do-Conto>

Em: <https://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=2&subsubcat=8&proj=7>

<http://www.archdaily.com.br/br/781192/casa-da-boavista-atelier-iitro>

<https://www.publico.pt/2011/10/22/jornal/esta-casa-dava-um-conto-23211950>

9. Crédito de Imagens

[1] – Esquisso do estudo do alçado principal na casa Marques da Silva

Fonte: Documento do arquivo Fundação Marques da Silva

[2] – Casa Atelier Marques da Silva antes da intervenção de Alexandre Alves Costa

Fonte: <https://fims.up.pt/index.php?cat=1>

[3] - Plantas originais do Arquiteto Marques da Silva

Fonte: Documento do arquivo Fundação Marques da Silva

[4] - Plantas da intervenção do Arquiteto Marques da Silva

Fonte: Documento do arquivo Fundação Marques da Silva

[5] - Alçados originais do Arquiteto Marques da Silva

Fonte: Documento do arquivo Fundação Marques da Silva

[6] Alçados da intervenção do Arquiteto Alexandre Alves Costa

Fonte: Documento do arquivo Fundação Marques da Silva

[7] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção da Sala de Receber na Cave

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[8] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do Hall no 1º piso

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[9] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção pormenor de portas

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[10] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção das escadas

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[11] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do pormenor do Quarto

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[12] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção da clarabóia

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[13] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção da Cozinha no Rés-do-Chão

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[14] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e a pós intervenção de pormenor de fechadura

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[15] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do pormenor de louça da casa de banho

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[16] Casa Atelier Marques da Silva - Fotografias antes da intervenção e após intervenção do corredor no Rés-do-Chão

Fonte: João Ferrand Fotografia - www.jffprv.eu/webo/links/index0324

[17] Desenho de Alexandra Faria da Casa da Boavista

Fonte: Desenho da Autora

[18] Plantas do existente da Cave, Rés-do-chão, 1º piso e 2º piso

Fonte: Atelier in.vitro

[19] Plantas após intervenção da Cave, Rés-do-chão, 1º piso e 2º piso

Fonte: Atelier in.vitro

[20] Alçados Nascente e Poente antes de intervenção e Cortes

Fonte: Atelier in.vitro

[21] Alçados Nascente e Poente após de intervenção e Cortes

Fonte: Atelier in.vitro

[22] – Plantas, alçados e cortes com indicação do que foi nova construção e do que se manteve.

Fonte: Atelier in.vitro

[23] Casa da Boavista - Fotografias da fachada principal antes de intervenção e após intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[24] Casa da Boavista - Fotografias da fachada tardoz antes de intervenção e após intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[25] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão antes da intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[26] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do Rés-do-Chão após intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[27] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões da cave antes da intervenção da Cozinha e Sala de refeições

Fonte: Atelier in.vitro

[28] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões da cave após intervenção da Cozinha e Sala de refeições

Fonte: Atelier in.vitro

[29] Casa da Boavista - Fotografia interior das escadas antes da intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[30] Casa da Boavista - Fotografia interior das escadas e corredor após intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[31] Casa da Boavista - Fotografia interior do quarto após intervenção

Fonte: Atelier in.vitro

[32] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do 1º piso antes da intervenção e após a intervenção do WC e Quarto

Fonte: Atelier in.vitro

[33] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do 1º piso antes da intervenção do Corredor e Quarto

Fonte: Atelier in.vitro

[34] Casa da Boavista - Fotografias interiores de divisões do 1º piso após a intervenção do Corredor e Quarto

Fonte: Atelier in.vitro

[35] Desenho de Soraia Rodrigues da Casa do Conto

Fonte: Rodrigues, Soraia Lopes, A pré-existência no contexto da reabilitação, 2015

[36] Casa do Conto - Fotografias do exterior do edifício antes da intervenção da fachada principal e da fachada tardoz

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[37 - 39] Casa do Conto - Fotografias do interior do edifício antes da intervenção

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[40] Casa do Conto - Fotografias do exterior do edifício após a intervenção da fachada principal e da fachada tardoz

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[41 - 43] Casa do Conto - Fotografias do interior do edifício após da intervenção

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[44] Casa do Conto - Fotografias do exterior do edifício após o incêndio da fachada principal e da fachada tardoz

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[45] Casa do Conto - Fotografias após o incêndio do edifício e do interior do edifício

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[46] Casa do Conto - Plantas da intervenção após o incêndio para a Casa do Conto

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[47] Casa do Conto – Alçados e cortes da intervenção após o incêndio para a Casa do Conto

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[48] Casa do Conto - Fotografia após intervenção da fachada principal e da fachada tardoz

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[49 - 50] Casa do Conto - Fotografias após intervenção do interior

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[51 - 52] Casa do Conto - Fotografias após intervenção dos quartos

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[53] Casa do Conto - Fotografias após intervenção do interior e da vista

Fonte: Atelier Pedra Líquida

[54] Desenho do Alexandra Faria do estudo da fachada

Fonte: Desenho da autora

[55] Planta de implantação para o Lar Residencial

Fonte: Processo da proposta

[56] Lar Residencial - Fotografia antiga das habitações

Fonte: Imagem fornecida pelo professor da cadeira de projeto

[57] Lar Residencial - Fotografia antiga do largo e das habitações

Fonte: http://arquivodigital.cm-porto.pt/Conteudos/Conteudos_BPMP/PIp/PIp%20084/PIp%20084_item1/PIp%20084_JPG/PIp%20084_JPG_24-C-R0100/BPMP_PIp%20084_01_t24-C-R0100.jpg

[58] Lar Residencial - Fotografia actual da fachada principal mostrando o estado em que se encontram as habitações

Fonte: Fotografias tiradas pela turma

[59 - 62] Lar Residencial - Fotografia actual do estado em que se encontram as habitações

Fonte: Fotografias tiradas pela turma

[63] Lar Residencial - Alçado principal das habitações a intervir no estado em que se encontram actualmente

Fonte: Processo da proposta

[64] Lar Residencial - Proposta do alçado principal do Lar Residencial

Fonte: Processo da proposta

[65] Lar Residencial - Proposta do alçado tardoz do Lar Residencial

Fonte: Processo da proposta

[66] – Alçados com indicação do que foi nova construção e do que se manteve

Fonte: Processo da proposta

[67] – Alçados com indicação do que foi nova construção e do que se manteve

Fonte: Processo da proposta

[68 - 70] Lar Residencial - Corte do projecto proposto para o Lar Residencial

Fonte: Processo da proposta

[71] Lar Residencial – Planta do Rés do chão

Fonte: Processo da proposta

[72] Lar Residencial – Planta do 1º piso

Fonte: Processo da proposta

[73] Lar Residencial – Planta 2º piso

Fonte: Processo da proposta

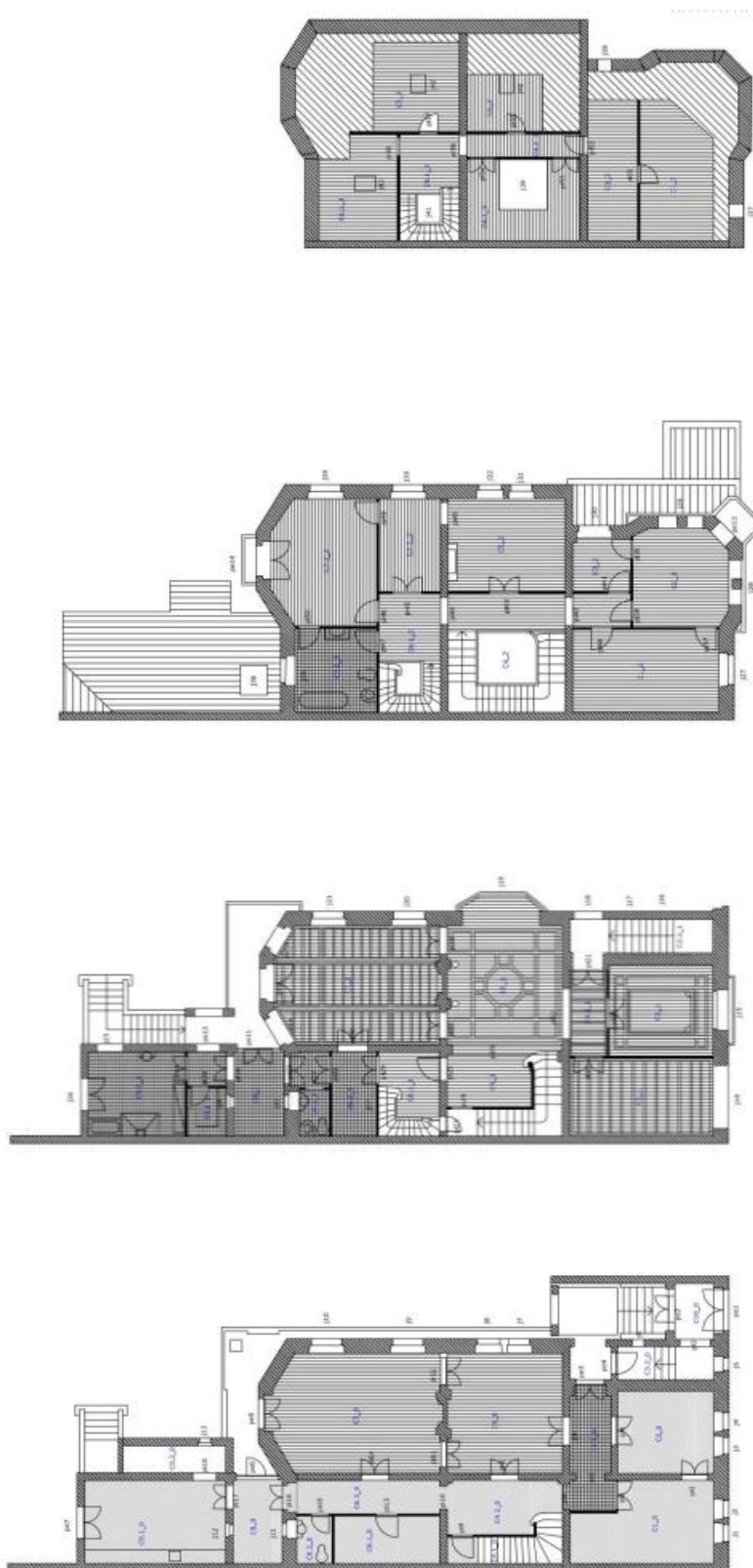
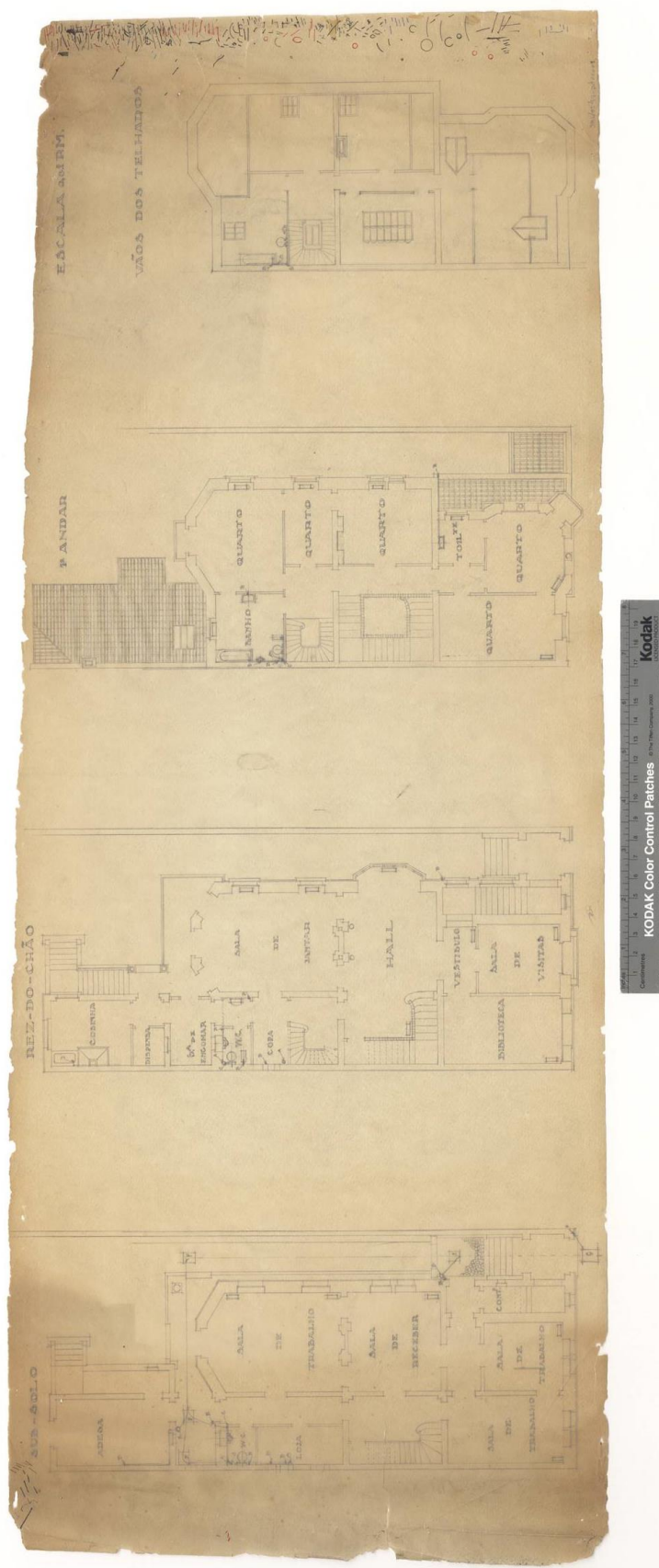
[74] Lar Residencial – Planta do 3º piso

Fonte: Processo da proposta

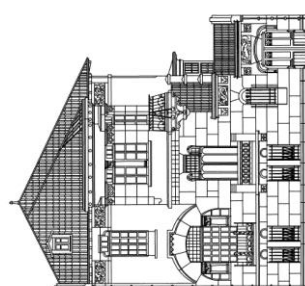
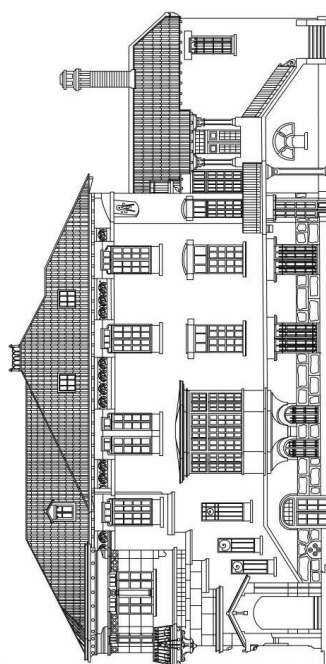
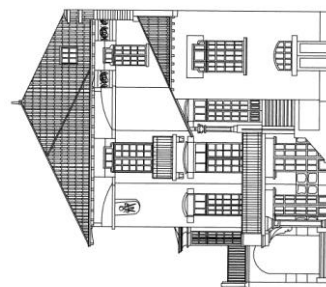
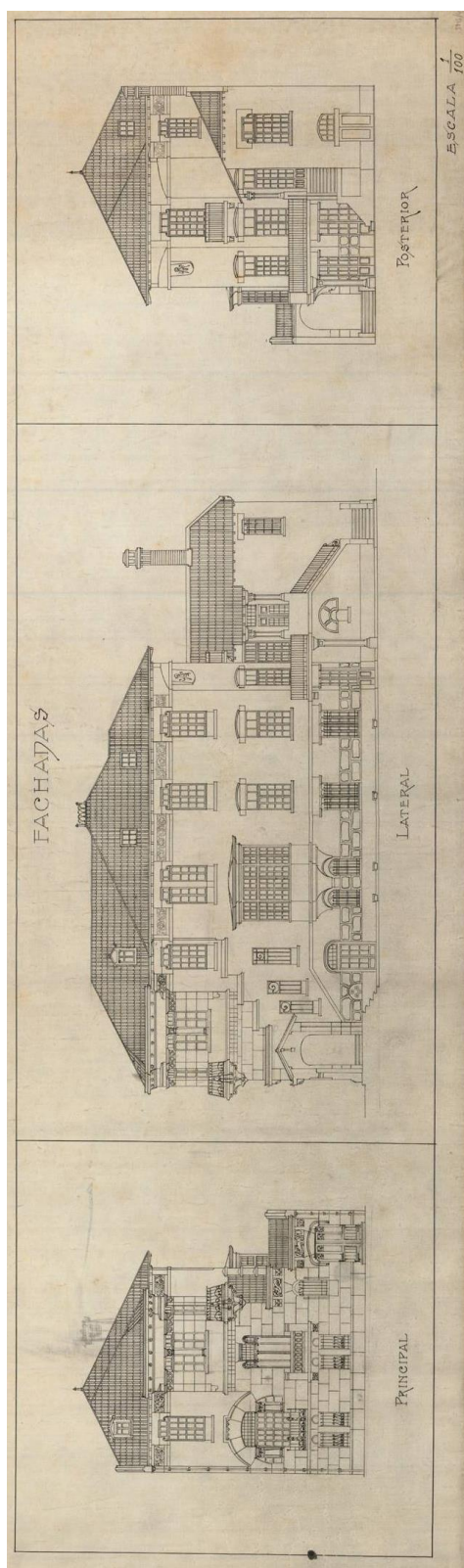
10. Índice de Anexos

[Anexo I] – Anexo referente as plantas da Casa Atelier Marques da Silva antes e após a intervenção	[107]
[Anexo II] – Anexo referente aos alçados da Casa Atelier Marques da Silva antes e após a intervenção	[109]
[Anexo III] – Anexo referente as plantas da Casa da Boavista antes e após intervenção	[111]
[Anexo IV] – Anexo referente aos alçados da Casa da Boavista antes e após a intervenção	[113]
[Anexo V] – Anexo referente as plantas da Casa do Conto após a intervenção	[115]
[Anexo VI] – Anexo referente aos alçados da Casa da Boavista após a intervenção	[117]
[Anexo VII] – Alçado principal do projeto proposto a Esc. 1/100	[119]
[Anexo VIII] – Alçado tardoz do projeto proposto a Esc. 1/100	[120]
[Anexo IX] – Planta do Rés do chão a Esc. 1/100	[121]
[Anexo X] – Planta do 1º piso a Esc. 1/100	[122]
[Anexo XI] – Planta do 2º piso a Esc. 1/100	[123]
[Anexo XII] – Planta do 3º piso a Esc. 1/100	[124]
[Anexo XIII] – Planta de cobertura a Esc. 1/100	[125]
[Anexo XIV] – Cortes a Esc. 1/100	[126]
[Anexo XV] – Cortes a Esc. 1/100	[127]
[Anexo XVI] – Cortes a Esc. 1/100	[128]
[Anexo XVII] – Alçado com indicação do que foi nova construção e do que se manteve a Esc. 1/100	[129]
[Anexo XVIII] – Planta com indicação do que foi nova construção e do que se manteve a Esc. 1/100	[130]

Anexo I – Plantas antes da intervenção da Casa Atelier Marques da Silva do arquiteto Marques da Silva (imagem da esquerda) e plantas após a intervenção do arquiteto Alexandre Alves Costa (imagem da direita)

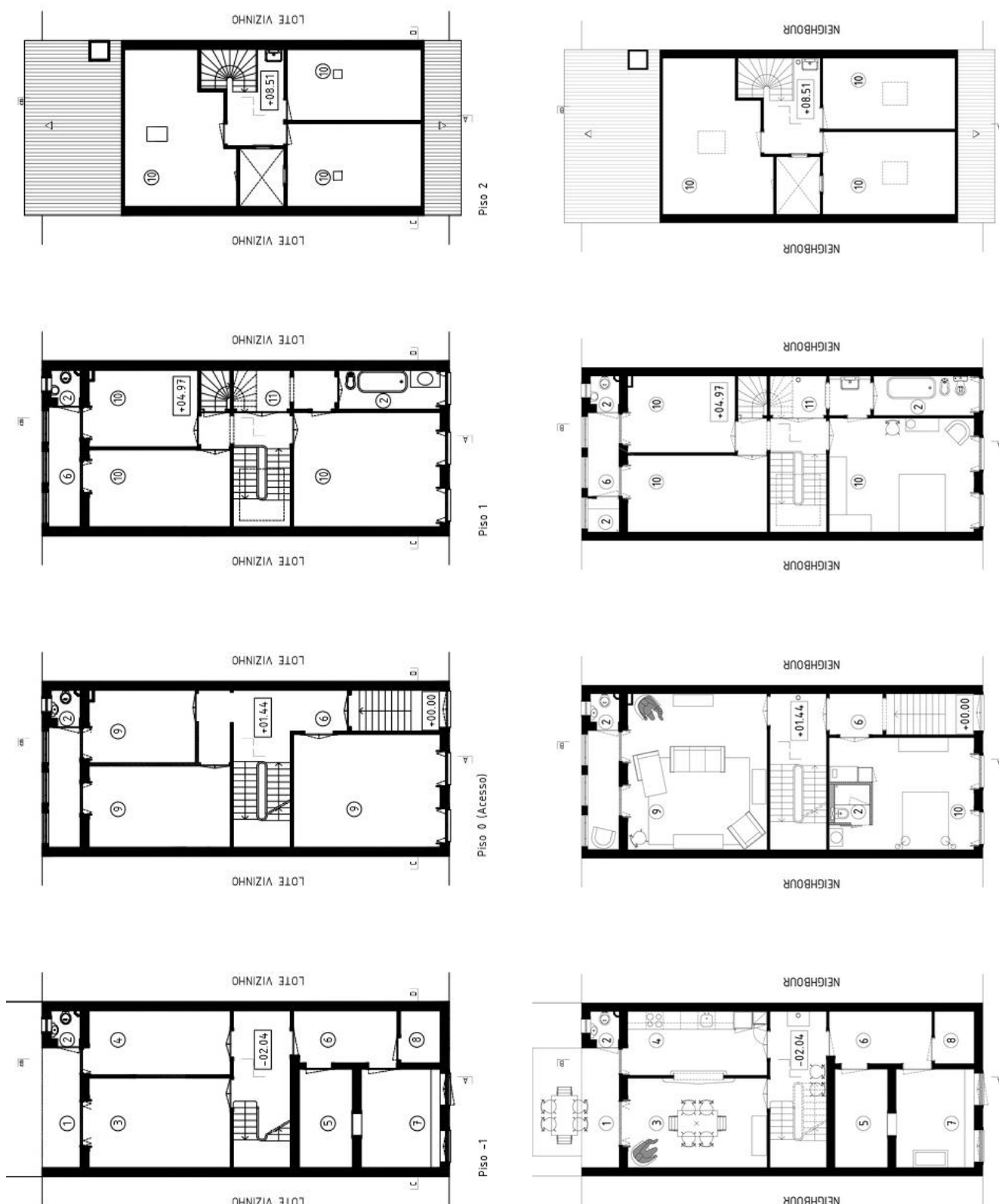


Anexo II – Alçados antes da intervenção da Casa Atelier Marques da Silva do arquiteto Marques da Silva (imagem da esquerda) e plantas após a intervenção arquiteto Alexandre Alves Costa (imagem da direita)



Anexo III – Plantas antes da intervenção na Casa da Boavista (imagem da esquerda) e plantas após a intervenção da arquiteta Joana Vasconcelos (imagem da direita)

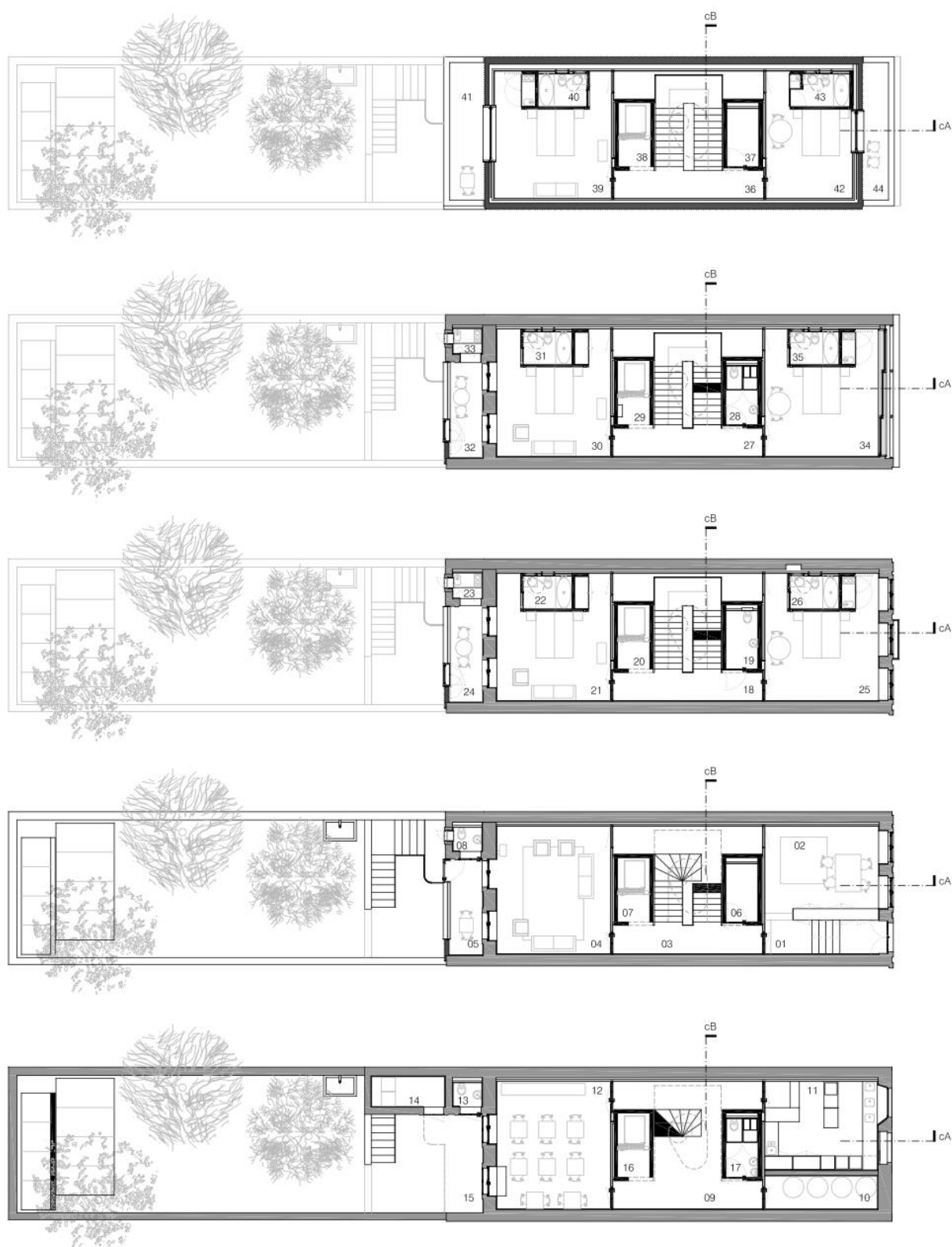
- 1 – Alpendre
- 2 – Quarto de Banho
- 3 – Sala de Jantar
- 4 – Cozinha
- 5 – Despensa
- 6 – Vestíbulo
- 7 – Lavandaria
- 8 – Arrumos
- 9 – Sala de Estar
- 10 – Quarto
- 11 – Closet



Anexo IV – Alçados antes da intervenção na Casa da Boavista (imagem da esquerda) e plantas após a intervenção da arquiteta Joana Vasconcelos (imagem da direita)



Anexo V – Plantas após a intervenção do Atelier in.Vitro



Anexo VI – Alçados e cortes após a intervenção do Atelier in.Vitro

